



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
Campus I – Rodovia BR 285, Km 292
Bairro São José – Passo Fundo, RS
CEP: 99.052-900
E-mail: ppgletras@upf.br
Web: www.ppgl.upf.br
Fone: (54) 3316-8341

ALAN ASTURIAN

**O GÊNERO CAPA DE REVISTA: A FORMA QUE CONSTRÓI
SENTIDOS NA E *PELA* LINGUAGEM**

Passo Fundo, dezembro de 2016

ALAN ASTURIAN

O GÊNERO CAPA DE REVISTA: A FORMA QUE
CONSTRÓI SENTIDOS NA E *PELA* LINGUAGEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras, sob orientação da Professora Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2016

AGRADECIMENTOS

O ato de demonstrar gratidão materializa um dos sentimentos basilares para a convivência social. Agradecer significa reconhecer no outro uma parcela das conquistas alcançadas.

Agradeço, acima de tudo, a Deus, pela vida, pela família e pelas oportunidades.

À minha família, pai Adilson, mãe Naldi e irmão Marcos, pelo carinho, desvelo e ensinamentos que transcendem as bancas escolares.

À professora e orientadora, Dra. Claudia Toldo Stumpf Oudeste, que aceitou o desafio de orientar-me. Meu infindável agradecimento por ser um exemplo de organização e competência, especialmente pela presteza, laboriosa orientação e constantes questionamentos essenciais para a elaboração deste trabalho.

À Capes, pela bolsa de estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, representado pela coordenadora Profa. Dra. Fabiane Verardi Burlamaque.

Aos professores do PPGL-UPF, pela dedicação e ensinamentos, principalmente à professora Dra. Telisa Furlanetto Graeff, meu primeiro contato docente no PPGL, uma grande referência intelectual e profissional.

Ao professor Dr. Ernani Cesar de Freitas, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação de meu trabalho e pelas imensuráveis contribuições.

À professora Dra. Patrícia da Silva Valério, por aceitar o convite para compor a banca de qualificação, contribuindo de forma imensurável e defesa desta dissertação.

À professora Dra. Vera Lúcia Pires, por aceitar o convite para compor a banca de defesa desta dissertação.

Aos funcionários do PPGL, pela gentileza e efetividade, principalmente à Secretária do PPGL-UPF, Karine R. Castoldi, pela educação, compreensão e celeridade na resolução de problemas.

Agradeço aos meus colegas que, verdadeiramente, contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho, principalmente aos colegas Thais Fatima Tormen, Tailor Roberto Malossi, companheiros de viagem, e Aline Wiczikowski Rocha, pelas prolíferas conversas e recomendações teóricas.

O Analfabeto Político

O pior analfabeto
É o analfabeto político,
Ele não ouve, não fala,
nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.

O analfabeto político
é tão burro que se orgulha
e estufa o peito dizendo
que odeia a política.

Não sabe o imbecil que,
da sua ignorância política
nasce a prostituta, o menor abandonado,
e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista,
pilantra, corrupto e o lacaio
das empresas nacionais e multinacionais.

Berthold Brecht

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver.

Émile Benveniste

RESUMO

Este trabalho, intitulado *O gênero capa de revista: a forma que constrói sentidos na e pela linguagem*, objetiva analisar quatro capas da revista *Veja*, publicadas dias antes das votações referentes aos segundos turnos das eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006, 2010 e 2014, sob o prisma da teoria enunciativa de Benveniste, para evidenciar que a língua é o único sistema de signos capaz de interpretar a si e aos outros sistemas. Além disso, procura-se descrever a mídia como formadora de opinião, por meio das capas de revistas; identificar nas análises os modos de significação – semiótico e semântico; construir uma análise enunciativa do *corpus*. Um estudo dessa natureza justifica-se pela necessidade de compreender a capacidade da língua em construir sentidos, bem como o poder dos meios de comunicação na busca de informar e formar o público por meio do agendamento dos temas. Para realizar as análises desta dissertação, classificada como uma pesquisa descritiva, bibliográfica e qualitativa, o trabalho está embasado na perspectiva benvenistiana de enunciação, particularmente nos textos *Da subjetividade na linguagem* (1958), que apresenta as categorias de pessoa, *eu* e *tu*, e a não pessoa *ele*; *A linguagem e a experiência humana* (1965), que constrói as noções de tempo físico, crônico e linguístico; *A forma e o sentido na linguagem* (1966), que funda as noções gêmeas de forma e sentido, modo semiótico (significar) e semântico (comunicar) e *Semiologia da Língua* (1969), que destaca a língua entre os sistemas de signos por ser possuidora de uma dupla natureza, o que lhe confere a capacidade de interpretar todos os outros sistemas e a si própria. As capas são contextualizadas; na sequência, descrevem-se os elementos visuais e verbais, para então analisar a cena enunciativa composta pelas categorias de pessoa, tempo e espaço. Por fim, salienta-se que este trabalho fornece subsídios para fomentar um leitor mais crítico diante das constantes informações veiculadas pela mídia, além de destacar a função basilar da linguagem inerente à própria essência humana.

Palavras-chave: Agendamento midiático. Linguística da Enunciação. Semiótico e Semântico.

ABSTRACT

This work, entitled *The genre magazine cover: the form that builds meanings in and through the language*, aims to analyze four covers of *Veja Magazine*, published days before the final votes of Brazilian presidential elections of 2002, 2006, 2010 and 2014, from the prism of the enunciative theory by Benveniste to emphasize that the language is the only system of signs able to interpreting itself and the others systems. Furthermore, we try to describe the media how opinion maker, through the magazine covers; identify in the analyses the modes of significance – semiotic and semantic; build an enunciative analysis of the *corpus*. A study of this kind justified by the need to understand the capacity of the language to build senses, as well as the power of media to inform and form the public through the agenda-settings. To realize the analyses of this master's thesis, classified as a descriptive, bibliography and qualitative research, we will use the benvenistian perspective of enunciation, particularly in the texts *Subjectivity in language (1958)* that presents person's categories, *I* and *you*, and the non-person *he*; *Language and human experience (1965)* that builds the notions of physical, chronic and linguistic time; *Form and Meaning in Language (1966)* that establishes the twin notions of form and meaning, semiotic mode (mean) and semantic mode (communicate) and *Semiology of Language (1969)* that highlights the language between the sign systems because it possesses a double nature that gives it the ability to interpret the other systems and itself. The covers will be contextualized, after we will describe the visual and verbal elements, to then analyze the enunciative scene composed by the categories of person, time and place. Finally, we emphasize that this work supplies subsidies to promote a reader more critical face to the constants information transmitted by the media, as well to highline the fundamental function of language inherent to the human essence.

Keywords: Agenda-setting. Linguistic of Enunciation. Semiotic and Semantic.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CAPAS DE REVISTA: O GÊNERO TEXTUAL QUE PRODUZ SENTIDOS	11
2.1	TEXTO: UM CONCEITO NECESSÁRIO.....	12
2.2	GÊNEROS TEXTUAIS: FORMA E FUNCIONALIDADE	16
2.3	O GÊNERO CAPA DE REVISTA: CARACTERÍSTICAS E FUNÇÃO	20
2.4	O AGENCIAMENTO MIDIÁTICO NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO.....	22
3	ENUNCIÇÃO EM ÉMILE BENVENISTE: UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA	27
3.1	A TEORIA ENUNCIATIVA: A PERSPECTIVA DE BENVENISTE.....	27
3.1.1	Ferdinand de Saussure: os fundamentos teóricos	29
3.1.2	O linguista Émile Benveniste	32
3.1.3	Um diálogo necessário: Saussure e Benveniste	34
3.2	CONCEITOS FUNDANTES DA ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: UMA LEITURA NECESSÁRIA.....	38
3.2.1	Da subjetividade na linguagem	38
3.2.2	A linguagem e a experiência humana	41
3.2.3	A forma e o sentido na linguagem	43
3.2.4	Semiologia da língua	47
4	ENUNCIÇÃO BENVENISTIANA: UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE	52
4.1	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	52
4.2	PROCECIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4.3	ANÁLISES	57
4.3.1	Análise 1	57
4.3.2	Análise 2	65
4.3.3	Análise 3	70
4.3.4	Análise 4	75
4.4	DISCUSSÃO DAS ANÁLISES	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXOS	92

1 INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação possuem um papel de destaque na sociedade. Torna-se cada vez mais evidente a atuação da imprensa escrita, virtual, televisionada e radiofônica em tentar influenciar os desígnios sociais, culturais, econômicos e políticos de toda a coletividade.

A mídia, alicerçada na legitimidade, imparcialidade e credibilidade construída ao longo dos tempos e sustentada pelo senso comum, exerce seu poder em apresentar ou velar fatos, construir ou destruir imagens, informar e muitas vezes formar comportamentos e opiniões.

Tais questões fomentaram o desenvolvimento deste trabalho, pois o anseio em tentar identificar e compreender o *modus operandi* da mídia para (in)formar o destinatário configurou-se inevitável, haja vista que os processos que constroem e reproduzem os fatos que são transmitidos à população influenciam não só o comportamento singular do indivíduo, mas também toda a gama de inter-relações nos mais variados segmentos sociais.

Para tanto, propomo-nos a apresentar um estudo que compreende o protagonismo que a linguagem possui no âmbito de nossa sociedade contemporânea, complexa, turbulenta e incerta no que diz respeito aos campos de atuação social, político, cultural, religioso, econômico, entre tantos outros que a formam.

O tema desta pesquisa consiste no estudo de capas da revista *Veja* (mídia impressa) tendo como princípio de análise a língua em uso como único sistema sógnico capaz de interpretar os outros sistemas – tomando a mídia como ferramenta de opinião – à luz da teoria enunciativa de Émile Benveniste.

A língua em sua concretude, basilar na construção social, é o que nos identifica, responsável por estabelecermos inter-relações com o outro e o mundo, condiciona a nossa própria existência. Todo o estudo que busca aprofundar e aprimorar os conhecimentos linguísticos, nas mais variadas áreas de atuação, justifica-se por colaborar com o desenvolvimento do ser humano, pois, em essência, o que nos torna pertencentes a um determinado espaço concretiza-se por meio da língua em ação, enquanto sujeitos que se apropriam do sistema linguístico para enunciar.

O estudo da linguagem aplicado às mais variadas esferas da atividade humana é produtivo para o desenvolvimento social, cultural e linguístico da comunidade em que estamos inseridos. Dentre as esferas da atividade humana, a midiática detém um papel fundamental quanto à transmissão de informações, formando e muitas vezes induzindo a opinião do seu público, seja no agendamento dos assuntos, seja no seu posicionamento.

A importância da mídia, sua participação, é algo tão presente, atual e instigante, que na qualidade de estudantes da linguagem buscamos contribuir para aprimorar e desenvolver o conhecimento crítico e responsivo do receptor¹ frente à diversidade de informações que chegam de maneira vertiginosa.

Diante do tema e da justificativa que se apresenta, buscamos desenvolver este trabalho a partir dos estudos enunciativos desenvolvidos por um dos principais linguistas da Enunciação, Émile Benveniste, que concede lugar de destaque para o homem, responsável por colocar a língua em ação por meio de um ato enunciativo, em determinado tempo e espaço.

Com o intuito de contemplar a mídia como formadora de opinião e explicitar o papel fundamental da língua na sociedade, escolhemos como *corpus* quatro capas da revista *Veja*, que são analisadas sob a problematização que se apresenta na figura de dois questionamentos: a) Qual a importância da língua, conforme os estudos enunciativos de Benveniste, para análise e interpretação dos elementos verbo-visuais que compõem as capas da revista *Veja*? b) Como a mídia, por meio das capas da revista *Veja*, tentou formar a opinião dos leitores/eleitores nos processos eleitorais para a presidência da República nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014?

A escolha das capas da revista *Veja* e o recorte temporal do segundo turno das eleições presidenciais dos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 obedece critérios metodológicos para alcançar os objetivos propostos. Para clarificar mais o porquê da escolha das capas, elencamos três motivos. Em primeiro lugar, a capa de revista, por possuir concomitantemente a linguagem verbo-visual, possibilita nossa análise semiológica, pois podemos perceber a importância da língua como único sistema que possui um caráter semiótico/semântico, facultando-lhe a capacidade de interpretar a si e aos demais sistemas.

Em segundo lugar, escolhemos os quatro períodos em que houve processos eleitorais para a Presidência da República, pois vislumbramos no voto para a escolha do representante maior da sociedade brasileira, o Chefe de Estado, a maior manifestação político-democrática que podemos vivenciar e que implica os caminhos, as mudanças, os progressos ou os retrocessos que toda a nossa sociedade pode sofrer. Por fim, a escolha da revista *Veja* se dá pela sua amplitude comercial, sendo a revista mais vendida no Brasil, alcançando assim uma gama significativa de leitores, e por possuir notoriamente um posicionamento acusatório e julgador.

¹ Dentre as leituras realizadas para a elaboração do segundo capítulo desta dissertação, o termo receptor é comumente utilizado para fazer referência ao destinatário da mensagem, seja ele ouvinte, telespectador ou leitor. Porém, tendo em vista que esta dissertação possui como *corpus* de análise a mídia impressa, mais especificamente as capas de revistas, utilizamos o termo leitor sempre que fizemos menção ao destinatário da mensagem.

A partir do exposto, o objetivo geral visa analisar quatro capas da revista *Veja*, publicadas dias antes das votações referentes aos segundos turnos das eleições presidenciais brasileiras de 2002, 2006, 2010 e 2014, sob o prisma da teoria enunciativa de Benveniste, para mostrar que a língua é o único sistema sígnico capaz de interpretar a si e aos outros sistemas. A fim de solidificar os objetivos desta dissertação, elegemos três objetivos específicos: a) descrever a mídia como formadora de opinião, por meio das capas de revistas; b) identificar nas análises os modos de significação, semiótico e semântico; c) construir uma análise enunciativa do *corpus*.

Para o desenvolvimento deste trabalho, definimos como marco teórico os estudos de Bazerman (2007, 2011), Brait e Melo (2013), Koch (1997, 2004), Marcuschi (2002, 2011, 2012) e Travassos (2010), para tratar de assuntos relativos ao desenvolvimento da Linguística Textual, conceito de texto, gênero textual – capas de revista. Para fundamentar as noções de gêneros discursivos, bem como o papel da mídia em informar e formar opiniões por meio do agendamento de informações, utilizamos os conceitos de Bakhtin (1992, 1997), Cruz (2011), Cunha e Figueiras (2012), Esteves (2012), Faraco (2009), Mangialavori (2013), Rémond (1996), Rocha (2007) e Rubim (2000).

Em relação aos conceitos de língua/linguagem e à Linguística da Enunciação que formaram o arcabouço teórico que fundamentam as análises, utilizamos as concepções de Barthes (2004), Dosse (1993), Normand (2009, 2014) Saussure (1995) e, fundamentalmente, Benveniste (1939/2005a, 1958/2005b, 1963/2005c, 1965/2006a, 1966/2006b, 1968/2006c, 1969/2006d, 1970/2006e) e estudiosos que seguem a linha enunciativa, como Fiorin, Flores e Barbisan (2013), Flores (2001, 2009, 2013a, 2013b), Flores e Nunes (2007), Flores e Teixeira (2005, 2009), Teixeira e Messa (2015), Toldo (2013), Toldo e Diedrich (2015), Toldo e Valério (2016).

Com o intuito de contemplar os objetivos propostos, optamos por uma pesquisa aplicada e descritiva, que possui como procedimento técnico o levantamento de material bibliográfico escolhido de forma qualitativa. Ou seja, aplicamos as teorias apresentadas neste trabalho ao material bibliográfico escolhido de forma não aleatória.

A apresentação organizacional deste trabalho está dividida em cinco capítulos, que conta com a parte introdutória, dois capítulos teóricos, um capítulo de análise e, por fim, as considerações finais. Iniciamos com o capítulo introdutório que apresenta o tema, a justificativa, a problematização, os objetivos, bem como o percurso teórico e a organização metodológica do trabalho.

No segundo capítulo, *Capas de revista: o gênero textual que produz sentidos*, pautados principalmente nas reflexões de Bakhtin, Marcuschi, Koch e Bazerman, partimos da conceituação

de texto, necessária para entendermos as mudanças que foram ocorrendo no que diz respeito à percepção do que é um texto; afinal, a comunicação humana acontece por meio de textos. Após esse primeiro passo, apresentamos algumas considerações sobre gêneros discursivos e textuais, o que proporciona nossa classificação da capa de revista como gênero que possui características e funções peculiares. Para fecharmos esse segundo capítulo, alicerçado em teóricos da comunicação, tecemos alguns comentários sobre o papel da mídia na sociedade e seu poder de agendar as informações apresentadas de maneira constante ao público.

No terceiro capítulo, *Enunciação em Émile Benveniste: uma possibilidade de leitura*, procedemos à construção teórica que embasa as análises desenvolvidas neste trabalho. Buscamos, com esse capítulo, apresentar, conforme nosso recorte, o pensamento do linguista Émile Benveniste sobre a língua. Os conceitos são apresentados por Benveniste nos textos *Da subjetividade na linguagem* (1958), que situa o sujeito no estudo da língua, apresentando as noções de pessoa *eu* e *tu*, não pessoa *ele*, condicionadores da instauração da subjetividade e intersubjetividade. *A linguagem e a experiência humana* (1965), que apresenta as noções de tempo, físico, crônico e linguístico, fundamentais para a enunciação. Em *A forma e o sentido na linguagem* (1966), Benveniste tece comentários sobre as noções gêmeas de sentido e forma, modo semiótico (significar) e semântico (comunicar). Já em *Semiologia da língua* (1969), são realizadas reflexões diretamente ligadas aos nossos objetivos de pesquisa. O texto, dividido em duas partes, inicia questionando qual o lugar da língua entre os sistemas de signos; apresenta as concepções peircianas e saussurianas em relação à semiologia e situa a língua em relação aos outros sistemas sígnicos.

O quarto capítulo, *Enunciação benvenistiana: uma possibilidade de análise*, é dedicado às considerações sobre a metodologia utilizada para a análise das quatro capas da revista *Veja* que formam o *corpus* deste trabalho². Pretendemos compreender a importância da língua como sistema interpretante e verificar a função midiática na formação de opinião, que de forma sutil e constante constrói sentidos e direciona o posicionamento do leitor frente aos fatos. Por fim, as considerações finais apresentam os resultados obtidos ao logo deste estudo.

Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para os estudos da linguagem, chamando a atenção para a amplitude, importância e poder da língua na sociedade. Não aspiramos esgotar o assunto, mas incitar e aprimorar o senso crítico do leitor que está envolto cotidianamente nas mais variadas e vertiginosas informações veiculadas pela mídia.

² As capas selecionadas para a realização das análises são: Capa 1 - Edição 1774 de 23 de outubro de 2002; Capa 2 - Edição 1979 de 25 de outubro de 2006; Capa 3 - Edição 2188 de 27 de outubro de 2010 e Capa 4 - Edição 2397 de 29 de outubro de 2014. Tais capas formam os anexos desta dissertação.

2 CAPAS DE REVISTA: O GÊNERO TEXTUAL QUE PRODUZ SENTIDOS

Neste capítulo, objetivamos apresentar algumas considerações sobre a Linguística Textual, principalmente no que diz respeito aos estudos do conceito de texto, gêneros textuais, em especial a capa de revista, *corpus* de nosso trabalho, bem como o papel da mídia no agendamento de informações e, dessa forma, na possível formação de opinião do seu leitor.

A Linguística Textual, como compreendida hoje, possui não mais a palavra, ou a frase, mas sim o texto como objeto de estudo, pois os textos são formas específicas da concretização da linguagem. Assim, a Linguística Textual rompe os limites da palavra e da frase isolada, concebendo a linguagem como interação, considerando suas condições de uso, sua informatividade, intencionalidade e intertextualidade.

Dessa forma, em um primeiro momento, para a melhor compreensão deste trabalho, realizaremos, mesmo que de forma breve, um percurso histórico das modificações que a Linguística do Texto sofreu com o passar dos anos, por meio da influência das várias correntes teóricas. Nesta seção, com a explanação de tais modificações sofridas pela Linguística Textual e sua abordagem, pretendemos apresentar o conceito de texto responsável por concretizar o ato comunicativo.

A partir do conceito de texto a ser apresentado, passamos à próxima seção, que aborda os gêneros discursivos/textuais³, intimamente ligados com a própria essência humana, pautada na comunicação. Dentre os gêneros textuais, procedemos a uma análise mais detalhada do gênero capa de revista, pertencente à esfera midiática, que por meio de sua linguagem verbo-visual cativa e transmite os mais variados assuntos ao leitor.

Por fim, explanamos acerca do agendamento midiático⁴ para a formação de opinião do leitor, salientando que os meios de comunicação nos seus mais variados veículos, dentre eles, a mídia impressa apresentada pelas capas de revista, agendam os temas que devem estar em pauta.

Com este capítulo, pretendemos apresentar um conceito de texto que, nas palavras de Bazerman (2007, p. 110), “está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do indivíduo como ser social, aos seus relacionamentos e cooperação com outras pessoas, aos seus sentimentos de

³ Salientamos que, em nosso trabalho, principalmente consoante aos objetivos propostos, bem como ao *corpus* utilizado, compreendemos que gêneros textuais são a concretização dos gêneros discursivos.

⁴ Postulada inicialmente na década de 70 pelos teóricos da comunicação Maxwell McCombs e Donald Shaw, a Teoria do Agendamento/Agenciamento define-se pela ordem de importância e relevância que determinados temas devem possuir no momento de informar (MANGIALAVORI, 2013). Assim, a mídia dá relevância a alguns temas e desprestigia outros no momento de veicular os fatos políticos, sociais, culturais, históricos entre outros.

segurança e ansiedade, à totalidade de suas emoções.” Enfim, por meio dessa concepção de texto, abordando os gêneros textuais, em especial a capa de revista, situada na esfera midiática, podemos perceber a linguagem como essência para o desenvolvimento do homem histórico, social e político.

2.1 TEXTO: UM CONCEITO NECESSÁRIO

Para iniciarmos, é necessário apresentar uma breve retrospectiva da Linguística Textual. Tal como entendida hoje, a Linguística do Texto surge na década de sessenta, desenvolvendo rapidamente seu campo de atuação, porém se caracterizando pela grande heterogeneidade de abordagens, até mesmo quanto ao seu objeto de estudo. Todavia, essa área de estudo é homogênea quando compartilha. Conforme Marcuschi (2012, p. 16), do “dogma de fé: o texto é uma unidade linguística hierarquicamente superior à frase”, bem como da certeza de que uma gramática de frase não supre a complexidade do texto.

Os estudos textuais apresentam três grandes momentos divididos entre a análise transfrástica, o desenvolvimento da gramática do texto e o desenvolvimento de uma linguística textual. O primeiro grande momento surge da necessidade de ultrapassar os estudos que esbarravam no limite da frase para dar conta, conforme Koch (1997, p. 68), “de certos fenômenos como referenciação, seleção do artigo, concordância de tempos verbais, relação semântica entre frases não ligadas por conectivo”, entre tantos outros fatos.

Nessa primeira perspectiva, a frase não comporta o texto. Os fenômenos elencados por Koch (1997) superam o âmbito da frase, por exemplo, as relações semânticas exigem, em alguns casos, o domínio, ou melhor, o conhecimento de outras frases para se alcançar uma compreensão do todo.

Dessa forma, iniciaram-se as elaborações de regras com o objetivo de analisar sentenças encadeadas, partindo de métodos utilizados em análises sentenciais, tentando dar conta de uma quantidade maior de frases. A tentativa de estudo, de acordo com Koch (1997), buscando no nível interfrasal e transfrástico abordar questões relacionadas à correferência, à conexão e tópicos, fez aflorar alguns entendimentos de texto.

Para os estudiosos da época, segundo Koch (2004, p. 3, grifo do autor), o texto era concebido “como uma ‘frase complexa’, ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’ (Harweg, 1968), ‘sequência de enunciados’ (Isenberg, 1971), ‘cadeia de pressuposições’ (Bellert, 1970)”. Tais concepções destacam o foco que a frase detinha.

No entanto, a ideia de tentar estudar o texto, desenvolver uma análise textual alicerçada em uma linguística que via o texto como uma frase ampliada, ou uma simples sequência de frases mostrou-se frustrada. Dessa forma, consoante Koch (2004, p. 5), “partindo da ideia de que o texto seria simplesmente a unidade mais alta, superior à sentença”, parte-se para elaborações de gramáticas textuais análogas às gramáticas da frase.

O segundo momento é marcado por uma abordagem que antes considerava a frase em uma situação de ascendência em relação ao texto e agora passa a entender o texto como unidade hierarquicamente superior. Hartmann (1968 apud KOCH, 2004, p. 6) “considera o texto como signo linguístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais.” Nessa perspectiva, é pela análise e segmentação do texto que chegamos à frase.

O texto não é mais visto como um conjunto de sequências imbuídas de significado; ele vai além, depende agora da competência textual do falante, que irá distinguir um todo coerente de uma junção de frases. De acordo com Koch (2004, p. 5), as tarefas básicas da gramática do texto seriam:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade; b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais; c) diferenciar as várias espécies de textos.

Entretanto, com o passar do tempo, o projeto de desenvolver gramáticas textuais, principalmente baseadas em gramáticas da frase, tornou-se demasiado improdutivo. Aos poucos, foi sendo desenvolvida a teoria do texto, conhecida como Linguística Textual, marcando o início do terceiro momento, com o intuito de estudar como os textos são constituídos, funcionam e, acima de tudo, compreendidos.

O texto vai além da percepção sintática e semântica. Com um viés pragmático, é visto como a “unidade básica de comunicação/interação humana.” (KOCH, 2004, p. 13). Os textos passam a ser analisados pela sua função em determinado contexto, por suas condições externas de recepção, interpretação e produção.

Podemos verificar nessa pequena retrospectiva, até aqui apresentada, que os estudos do texto foram sendo reelaborados, aprofundados, ampliados. Partindo de uma análise isolada da frase, chegou-se ao desenvolvimento de gramáticas do texto, que logo se transformou em um estudo mais complexo, abrangendo o contexto e a interferência que a produção textual causa nos processos de relação comunicacional entre os falantes.

Após apresentarmos de forma linear como a linguística textual foi sendo desenvolvida, no que diz respeito aos seus fundamentos, suas análises e práticas adotadas, faz-se necessário apresentarmos as mudanças, variações e atualizações que seu objeto, o texto, foi sofrendo nesse trajeto. Para tanto, utilizamos um dos mais importantes linguistas textuais de nosso tempo, Luiz Antônio Marcuschi, para entender as definições que o texto apresentou e apresenta.

Todos conseguimos diferenciar um texto de um não texto, conseguimos perceber algo que possua sentido de um conglomerado de palavras sem nexos. Porém, o que nos causa certo desconforto, assim como para os linguistas do texto, é conseguir conceituar especificamente o que faz de um texto ser um texto.

Temos, para os especialistas do texto, duas possibilidades de definir. A primeira, conforme Marcuschi (2012, p. 22), “partindo de critérios internos ao texto (olhando-o do ponto de vista imanente ao sistema linguístico)”, enquanto a segunda, parte de “critérios temáticos ou transcendentais ao sistema”, que faz com que o texto seja considerado em sua concretude, em seu uso em uma situação comunicativa, por exemplo, um texto publicado em uma capa de revista assume o sentido em determinado cenário comunicativo.

Do ponto de vista da imanência, o texto é apresentado como sequências que possuem sentenças coerentes. Nessa definição, há necessidade de frisarmos três termos: “sequência”, “sentença” e “coerência”. De acordo com Marcuschi (2012), a primeira, que parte da necessidade da progressão linear, apresenta algumas deficiências com textos que apresentam apenas uma palavra, por exemplo, “Fogo!”, em uma situação específica. Já o termo “sentença”, estudado nas análises frasais, é abandonado pelos linguistas do texto que a conceituam mais intuitivamente do que de outra forma. Por fim, o termo “coerência” refere-se à relação entre as sentenças, porém pouco aproveitável quando priorizam o aspecto sintático e abandonam o nível pragmático.

Dentre os autores que se enquadram nesse primeiro aspecto, podemos situar, entre os mais importantes, conforme Marcuschi (2012, p. 23), Zeelig S. Harris, que compreendia o texto como “sequências de expressões ou sentenças ligadas, podendo ir desde sentenças de uma só palavra até uma obra em vários volumes”, e Roland Harweg, que concebia o texto como uma “sucessão de unidades linguísticas” formada com uma sequência pronominal contínua.

Na contramão dos imanentistas, Marcuschi (2012) apresenta alguns autores que definem seus estudos pautados nos critérios temáticos e transcendentais ao texto, em que o texto deixa de ser puramente linguístico e é visto como uma unidade comunicativa.

Dentre os autores que adotam esse critério está Janos S. Petöfi (apud MARCUSCHI, 2012, p. 26), que define o texto como “uma sequência de elementos linguísticos escritos ou falados organizada como um todo, com base em algum critério qualquer (geralmente extralinguístico), resulta num texto.” Petöfi define o texto como uma junção de aspectos cotextuais (internos ao texto) e contextuais (externos ao texto).

Teun Van Dijk (apud MARCUSCHI, 2012, p. 27) conceitua o texto como “uma estrutura superficial governada por uma estrutura semântica profunda motivada, um conjunto ordenado de sentenças da estrutura profunda.” Van Dijk, um dos mais importantes e produtivos linguistas do texto, aplica noções da gramática gerativa como “estrutura profunda e superficial” para explicar o processo de sentido.

Já Halliday e Hasan, conforme Marcuschi (2012, p. 28), entendem o texto “não como uma unidade de forma e sim de sentido”, não determinado pela sua extensão e sim pelo semântico. Percebemos que o texto não é uma unidade virtual, desvinculada da realidade, é sim algo concreto, uma ocorrência comunicativa responsável por estabelecermos nossas inter-relações.

Marcuschi (2012) alicerçado em Beaugrande e Dressler, autores importantes nos estudos textuais, define o texto como um resultado de operações reguladoras de unidades morfológicas e de sentidos durante a ocorrência comunicativa. Assim, o texto

está submetido tanto a controles e estabilizadores *internos* como *externos*, de modo que uma LT razoável não deve considerar a estrutura linguística como fator único para a produção, estabilidade e funcionamento do texto. Nem se pode tratar o texto simplesmente como uma unidade maior que a sentença, pois ela é uma entidade de outra ordem na medida em que é uma *ocorrência na comunicação*. (MARCUSCHI, 2012, p. 30, grifo do autor).

Esses reguladores externos e internos são apresentados por Beaugrande e Dressler como necessários para que um texto seja um texto (KOCH, 2004). Os autores, nesse viés, apresentam sete critérios, dois deles, coerência e coesão, são centrados no texto e os outros cinco, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionabilidade e aceitabilidade, centrados no usuário.

Enfim, os conceitos de texto, assim como os fundamentos de análise no processo de construção da linguística textual, foram sofrendo modificações, passando da análise estanque da frase isolada, ou do conjunto de frases que formam um texto, até as concepções atuais de texto que priorizam sua função de língua em ação, responsável pela construção e transmissão de sentidos.

O desenvolvimento da linguística textual contribuiu muito para o aprimoramento da abordagem e da conceituação do texto. Hoje, ela tem como foco o estudo nas operações cognitivas e linguísticas que regulam a recepção e produção de textos orais e escritos, privilegiando o ato de comunicação permeado de ações humanas.

O conceito de texto privilegiado neste estudo é concebido por seus eventos comunicativos que se formam pela junção de aspectos linguísticos, sociais e cognitivos. Segundo Marcuschi (2002, p. 24), “os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas.” Quando temos contato com um fato veiculado pela imprensa, o texto que se apresenta, verbal ou não, está arraigado de discursos sociais, ideológicos, que por meio de um evento comunicativo apresenta determinada intenção.

Por ser um evento comunicativo, permeado pelas nossas ações, depreendemos que a comunicação torna-se impossível sem a construção de textos. Logo, nossa comunicação só se concretiza, de forma oral ou escrita, por meio da elaboração de textos, que são moldados e adaptados conforme a peculiaridade de uma esfera discursiva.

Assim, a concretização do texto apresenta-se sob as formas de gêneros textuais, fenômenos históricos vinculados às nossas ações coletivas responsáveis por organizar e estabilizar os atos comunicativos. Para melhor compreendermos a concepção e a funcionalidade dos gêneros textuais, passamos à próxima seção.

2.2 GÊNEROS TEXTUAIS: FORMA E FUNCIONALIDADE

Para iniciarmos uma reflexão sobre gêneros textuais, que tem como foco chegar ao gênero específico deste trabalho, capa de revista, situado na esfera midiática, é necessário apresentarmos alguns conceitos atribuídos ao pensador russo Mikhail Bakhtin, no que se refere às suas concepções de gêneros e esferas discursivas.

O cerne do pensamento bakhtiniano está na concepção social, histórica e evolutiva da linguagem que se dá por meio dos indivíduos que dela fazem uso. Bakhtin (1992) não se interessou pela estrutura linguística, na sua abstração, mas sim em sua concretude, no envolvimento comunicativo da comunidade que a utiliza em determinado contexto sócio-histórico, ou seja, na linguagem enquanto essência humana, responsável pelas relações comunicativas que estabelecemos.

Conforme Bakhtin (1992, p. 92), “o que importa não é o aspecto da forma linguística [...] o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num determinado

contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada.” Ou seja, o importante, para o pensador russo, é a efetiva utilização da língua em determinadas situações discursivas.

Nessa concepção, a linguagem se apresenta, ganha concretude e participa das nossas atividades sociais por meio de enunciados. A noção de enunciado possui

papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente porque a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos. (BRAIT; MELO, 2013, p. 65).

Assim, o enunciado compreende três fatores: “(a) o *horizonte espacial* comum dos interlocutores; (b) o *conhecimento e a compreensão* comum da situação por parte dos interlocutores; (c) *sua avaliação comum* dessa situação.” (BRAIT; MELO, 2013, p. 67, grifo do autor). Esses fatores destacam a relevância da linguagem como atividade social que se concretiza pela enunciação dos interlocutores. As capas de revistas, elaboradas com o intuito de alcançar determinados objetivos, produzem enunciados que têm uma perspectiva de ação comum com os usuários, um nível de compreensão necessário para o entendimento e para que a opinião e posicionamento veiculado pela mídia atinja o receptor.

Os enunciados concretizam-se pela enunciação que, conforme Bakhtin (apud BRAIT; MELO, 2013, p. 67-68, grifo do autor), está “situada justamente *na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único.*” Ou seja, a concretização do enunciado ocorre na enunciação, no ato de utilização efetiva da língua.

Nesse sentido, os conceitos de enunciado e enunciação estão intimamente ligados. Segundo Bakhtin (1997, p. 282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.” O enunciado nasce e morre na enunciação que se dá através da interação interpessoal.

De acordo com Bakhtin (1997, p. 285), os enunciados concretos se apresentam na figura dos gêneros discursivos que “são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.”

Os gêneros do discurso são vinculados aos aspectos sociais, culturais e históricos, são apreendidos pelos indivíduos que deles se apropriam, fazem uso nas mais diversas realidades comunicativas. Por exemplo, o editorial, carta ao leitor, reportagem, notícia, entrevista, capa de revista são gêneros vinculados aos aspectos sócio-histórico-culturais da esfera discursiva jornalística.

Além disso, existem alguns aspectos que definem os gêneros do discurso, que os situam em determinadas esferas da atividade humana, como o “conteúdo temático” (posicionamento, escolha axiológica), “estilo” (recursos linguísticos utilizados) e “construção composicional” (modo de organização textual) (BAKHTIN, 1997, p. 279).

De acordo com Bakhtin (1997, p. 279, grifo do autor),

o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

É vasta, ou podemos até dizer, infinita a diversidade de gêneros discursivos, pois são infindáveis as heterogêneas atividades humanas relacionadas aos mais diversos campos de atuação, que são esferas, ou instâncias discursivas da atividade humana. Dentro de cada esfera discursiva, por exemplo, no domínio da esfera científica, religiosa, cultural, educacional, política, midiática, há uma gama de gêneros que possuem certa estabilidade.

Faraco (2009, p. 127) comenta que, quando Bakhtin traz à tona essa relativa estabilidade, “está dando relevo, de um lado, à historicidade dos gêneros; e, de outro, à necessária imprecisão de suas características e fronteiras.” Ou seja, os gêneros não são fixos e imutáveis, mas possuem a capacidade de se transformarem por estarem relacionados às atividades humanas dinâmicas e mutáveis.

O indivíduo utiliza gêneros durante a comunicação, limitando-se diante de determinadas situações, por exemplo, ao repassar uma ordem de serviço ou apresentar um documento militar, que são gêneros bem padronizados. Porém, a comunicação, por ser um ato dinâmico, vivo, torna o gênero discursivo propício a mudanças estilísticas individuais. “Do contrário, em vez de princípios de organização, os gêneros seriam camisas de força” (SOBRAL, 2013, p. 24), que não acompanhariam a volatilidade social e cultural existente.

Nas palavras de Bakhtin (1997, p. 302-303),

as formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os gêneros do discurso, introduzem-se em nossa experiência e em nossa consciência conjuntamente e sem que sua estreita correlação seja rompida. Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, é óbvio, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas).

Ainda de acordo com Bakhtin (1997), se não tivéssemos domínio sobre os gêneros, se eles não existissem, ou fosse necessário criá-los a cada ato discursivo, construindo-os de forma livre, nossa comunicação se tornaria quase impossível.

Consoante a essas noções defendidas por Bakhtin, da língua como fato social, responsável pela interação, Marcuschi (2011) acrescenta que o local dessa interação é o texto, pois todas as nossas manifestações orais ou escritas assumem a concretude por meio do texto, entendido aqui como um processo em constante elaboração, e não simplesmente um produto.

Também nessa mesma linha, Bazerman (2011, p. 22, grifo do autor) explicita que

cada texto bem sucedido cria para seus leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou *gêneros*, que estão relacionados a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em conjuntos de gêneros dentro de *sistemas de gêneros*, os quais fazem parte dos *sistemas de atividades humanas*.

O gênero estando entre a língua, a produção discursiva e os fatos sócio-históricos possui importância crucial até mesmo para a concepção de linguagem. Quando interagimos com o outro, a materialidade dessa ação se apresenta por meio de textos, que, de acordo com as mais variadas situações, apresentam-se sob as formas de gêneros textuais.

Resultante da interação, os gêneros textuais ordenam e estabilizam as mais variadas atividades comunicativas do nosso cotidiano. “No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa.” (MARCUSCHI, 2002, p. 19). São maleáveis e adaptáveis de acordo com as transformações e inovações propiciadas pela própria interação histórica, social e linguística.

A título de exemplificação, os gêneros possuidores de padrões característicos de acordo com os objetivos, estilo e modo de organização constituem uma listagem aberta, como a carta, edital, piada, horóscopo, *e-mail*, bula de remédio, cardápio de restaurante, sermão, inquérito

policial, aula virtual, uma simples conversa face a face, nosso *corpus*, capa de revista. Enfim, segundo Marcuschi (2002), há uma infinidade de gêneros muito mais ligados às funções comunicativas do que à estrutura linguística.

Os gêneros na vida social têm como base a organização e o condicionamento das soluções dos problemas comunicativos.

Os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritos e ao leitor, os motivos, as ideias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e o lugar onde isso tudo pode caber em nossa vida. (BAZERMAN, 2011, p. 90).

Essa visão compreende os gêneros como dinâmicos, heterogêneos e situados, não modificados apenas por elementos textuais, mas presentes e atuantes nos processos de recepção, de interpretação e de reprodução (BAZERMAN, 2007). Os gêneros moldam nossas intenções e expectativas.

Assim, situamos o gênero capa de revista, possuidor de tema, estilo e construção composicional, que busca com sua linguagem, normalmente, verbo-visual cativar e convidar o seu leitor para a imersão nos assuntos que ele deseja apresentar. Por isso, a partir de agora, daremos uma atenção especial ao gênero capa de revista, sua característica, função e importância na sociedade.

2.3 O GÊNERO CAPA DE REVISTA: CARACTERÍSTICAS E FUNÇÃO

Como explicitado anteriormente, por possuir uma função social, propriedades funcionais, estilo e composição peculiares, as capas de revistas formam um gênero textual com uma abrangência e uma importância muito considerável no que concerne às nossas escolhas, intenções; possui relevância em nossa atividade sociodiscursiva cotidiana, desde uma simples fofoca no mundo das celebridades, até fatos políticos vitais para o desenvolvimento de toda uma coletividade.

Desde a Idade Média, quando os volumes deixaram de ser rolos e passaram a formar folhas dobradas reunidas por costuras laterais encadernadas, dando início assim ao que conhecemos hoje como o livro, a capa começou a ganhar importância. De acordo com Travassos (2010), basicamente, naquele contexto, serviam para proteger o conteúdo textual das

adversidades ligadas ao uso e ao tempo. Após essa utilidade precípua da capa, foi percebida a importância da utilização do espaço na capa para vincular os assuntos publicados.

Com o passar do tempo, a partir da era industrial, as capas acompanhando o ritmo frenético de produção ganham mais importância e visibilidade, apresentando por meio da linguagem verbal e pictórica o conteúdo do que está publicado, comunicando e persuadindo o consumidor a adquirir, fomentando assim o consumo.

As capas, nas palavras de Travassos (2010, p. 13), que “antes tinham vida própria e não refletiam o conteúdo das publicações”, passaram a ter relação direta com o conteúdo abordado, seja a capa de um livro, jornal, em especial de revistas. A capa ganha valor, quando, utilizando-se de mecanismos variados, acende no leitor a curiosidade de conhecer as matérias apresentadas.

O contato com a capa, sua leitura, aguça o leitor e o ajuda a decidir na busca ou não de maiores detalhes sobre o assunto apresentado. Conforme Heberle (apud TRAVASSOS, 2010, p. 26), “a capa é um gênero que funciona como uma das mais importantes propagandas.” Ela funciona como um cartão de visitas, uma boa revista, um bom conteúdo exigem uma boa capa, que será o primeiro contato com o futuro leitor.

A capa de revista está situada na esfera jornalística/publicitária, apresentando um viés jornalístico quando se utiliza da objetividade informacional⁵, fazendo com que as informações cheguem ao público e publicitário, com a intencionalidade persuasivo-comercial, objetivando angariar um público cativo para obtenção de lucro.

Esse convite, que é como funciona a capa de revista e faz parte da realidade da revista *Veja, corpus* deste trabalho, possui um modo de ler e antecipar os fatos, induzindo e conduzindo o leitor a posicionar-se axiologicamente, de maneira antecipada, construindo um conceito prévio antes de conhecer a própria essência da matéria noticiada.

⁵ Ponto central e polêmico nas discussões que envolvem o jornalismo, a objetividade de informações é reivindicada por jornalistas e redatores e aceita pela grande massa de leitores, ouvintes e telespectadores que creem estar recebendo a reprodução isenta e objetiva da realidade dos fatos. Conforme Sponholz (2003, p. 110-111), “uma das razões para isto é provavelmente o fato de a tarefa principal do jornalismo ser a de informar. Parte-se do pressuposto que o que está nos jornais deve ter alguma coisa a ver com aquilo que de fato aconteceu. Objetividade – entendida aqui como a relação entre realidade social e realidade midiática – é uma condição *sine qua non* para a mediação de informações. Se não é possível estabelecer uma relação entre ambas as realidades, não é possível transmitir informações. Se esta relação não existe, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa.” No entanto, a objetividade para muitos pesquisadores é apenas um mito, pois a escolha dos assuntos, a perspectiva e a relevância dada a determinados aspectos são realizadas por jornalistas, editores e diretores que estão inseridos em realidades sociais, políticas e ideológicas. Dessa forma, a precisão, a neutralidade e a imparcialidade de informações tornam-se impossíveis, configurando no *status* de objetividade que a mídia ostenta apenas uma apresentação de credibilidade ante o destinatário.

Mesmo que breve, tal apresentação do gênero capa de revista, sua característica sociodiscursiva, sua função para os meios de comunicação que a utilizam, é suficiente para entendermos a importância que tal gênero possui para os órgãos midiáticos veiculando suas informações. Dessa forma, pretendemos, na próxima seção, apresentar algumas reflexões sobre a mídia, seu posicionamento e suas ações.

2.4 O AGENCIAMENTO MIDIÁTICO NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO

O impacto dos meios de comunicação que se observa na sociedade está cada vez mais evidente, seja nos simples atos cotidianos, como adquirir ou não um produto, seja nas mudanças comportamentais, construindo estereótipos e posicionando-se diante dos fatos. As mais variadas informações veiculadas pela mídia chegam até o leitor, são assimiladas, compartilhadas e reproduzidas como verdades imutáveis.

Tais informações, quando chegam ao usuário – leitor, ouvinte ou telespectador –, assumem um *status* de objetividade, verdade, honestidade, coerência, dignas de total confiança. Porém, os usuários não percebem que os fatos apresentados, pães de uma suposta confiabilidade, passam por inúmeras edições de agentes que possuem posicionamentos e interesses muitas vezes difusos.

Somos seres sociais, sujeitos inseridos em determinado espaço permeado de histórias, culturas e ideologias. Quando nos comunicamos, refletimos nossa subjetividade repleta de concepções e posicionamentos sobre os mais diversos assuntos de tal forma que a objetividade dos fatos é um grave engodo.

A esfera midiática, formada pelos mais variados veículos de comunicação, está distante de possuir apenas uma função comunicativa, mostrando e levando os fatos até o cidadão. Ela atua imbuída de interesses, buscando alcançar objetivos que muitas vezes destoam dos interesses do Estado e da sociedade.

Os meios de comunicação, como uma das principais ferramentas de visibilidade, atuam como legitimadores sociais. Conforme Rubim (2000), a mídia tem o poder de expor ou velar determinado fato, algumas vezes incita o leitor com constantes informações; outras vezes, camufla os fatos deixando-o em uma situação de conforto. Assim, a mídia, apresentando ou retirando de pauta os fatos, agenda a vida dos cidadãos por meio das seleções de informações que ela julgar necessário estar em foco no momento.

Dessa forma, conforme Miguel e Biroli (2010, p. 697, grifo do autor), “a partir de um conjunto de normas e valores que definem o que é noticiável e quem compõe a notícia, os meios de comunicação (especificamente o jornalismo), *conferem distinção* na medida em que tornam visíveis determinadas personagens.” Assim, a mídia impõe uma espécie de cerceamento na cadeia de informações, resultando na saliência de muitos temas e na obscuridade de tantos outros, impondo uma espécie de agenda de atividades que o cidadão deve seguir, no caso em questão, uma agenda de temas que deve ter conhecimento para posicionar-se frente a eles.

Essa agenda de informações proposta pelos meios de comunicação é estudada e analisada pela Teoria do Agendamento, postulada inicialmente na década de 1970 pelos teóricos da comunicação Maxwell McCombs e Donald Shaw (MANGIALAVORI, 2013). O agendamento opera em três esferas distintas: agenda midiática, agenda pública e agenda política.

A agenda midiática (*media agenda*), segundo Mangialavori (2013, p. 19), é “definida pela ordem de prioridade que os meios de comunicação designam aos temas na hora de informar.” Já a agenda pública (*public agenda*) se estrutura pela percepção dos temas que merecem atenção de acordo com a audiência. Por fim, a agenda política (*policy agenda*) vem das intenções políticas e pela percepção dos temas que para o Estado deveriam ganhar mais visibilidade.

Por meio da Teoria do Agendamento, podemos perceber as estratégias utilizadas pela mídia no processo de apresentação das informações, com o objetivo de colocar em foco os temas que mais mereceriam a atenção do público, nos diferentes cenários, dentre eles o político (MANGIALAVORI, 2013). Logo, a influência midiática para a formação de opinião está no processo de valorização ou desprestígio que é dado a determinados fatos no interior da agenda estruturada para os leitores.

Além disso, uma estrutura de agenda que é desenvolvida e apresentada conta também com a veiculação de notícias que muitas vezes não têm uma fonte confiável ou são inverídicas. Não são poucas as vezes em que, por exemplo, uma revista publica em sua capa uma notícia sobre determinada pessoa, setor ou instituição, de forma acusatória e depreciativa sem antes ter havido algum julgamento por parte dos órgãos competentes.

Dessa forma, a mídia, utilizando-se de sua amplitude, lança mão de vertiginosas publicações sobre determinados fatos, comprovados ou não, criando no leitor um cerceamento nos assuntos que ele deve ter conhecimento, dizendo no que ele deve pensar e até mesmo de que forma ele deve pensar naquele momento.

Em resumo, a Teoria do Agendamento comporta as seguintes noções:

a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (issues) importantes num determinado período de tempo. (AZEVEDO, 2004, p. 52).

Logo, notamos que os meios de comunicação “podem não definir, exatamente, o sentido do mundo, mas através da sua agenda balizam com notável precisão os limites que esse sentido pode assumir.” (ESTEVES, 2012, p. 114). Com a apresentação contínua de um assunto, são impostos limites ao nosso pensamento em relação à realidade.

No entanto, precisamos ter o cuidado para não cair em uma classificação simplista de que apenas os meios de comunicação estruturam agendas para a sociedade. A mídia normalmente serve como uma ferramenta de setores e instituições que possuem interesses na criação de determinados cenários.

Conforme Rocha (2007, p. 45),

é preciso, na questão da identificação dos atores com maior capacidade de definição da agenda jornalística, levar-se em conta não só que o campo da mídia é o local de geração do poder comunicativo, fundamental para as democracias modernas, mas também considerar as pressões e injunções exercidas nesse processo pelos controladores do capital investido nas empresas da área (donos dos veículos), pelos representantes da estrutura de poder do Estado e das organizações do mercado (inclusive os anunciantes) e pela própria sociedade através do público consumidor dos produtos midiáticos e dos cidadãos idealmente engajados num legítimo processo de constante atualização constitucional (auto-governo da sociedade) inerente ao Estado de direito democrático.

Os meios de comunicação, acima do protagonismo a serviço do direito à livre-expressão, liberdade e democracia, são empresas que visam lucros e que dependem dos seus anunciantes. Assim, interessados na ampliação do seu capital, os meios de comunicação assumem posicionamentos e agendam notícias de acordo com o interesse de seus clientes, que normalmente são grandes empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados ramos de atuação.

Nesse sentido, além do cerceamento de determinados assuntos e conceitos, os agentes que formam a mídia, como os jornalistas, assumem posicionamentos de acordo com os

interesses da empresa em que trabalham, bem como os técnicos e especialistas convidados para explanarem sobre determinados assuntos são escolhidos de acordo com os objetivos da empresa, seja ela uma emissora de televisão, rádio, um jornal ou uma revista.

Para convalidar o cenário de agendamento e apresentação dos fatos e seu papel na sociedade, a mídia utiliza como subterfúgio das críticas o seu protagonismo na defesa da democracia, não podendo haver uma democracia em que a imprensa não seja livre (CRUZ, 2011). Dessa forma, a mídia torna-se um baluarte na defesa da verdade, um vigilante da sociedade, assumindo um poder até mesmo superior ao do Estado, pois uma crítica à mídia, na sua concepção, é uma crítica à democracia.

Segundo Cruz (2011, p. 43), a condição de superioridade da mídia em relação ao estado é tal

que questiona a legitimidade do próprio Estado em regulamentar a atividade da mídia e não aceita nem a crítica as suas práticas. A opinião que um indivíduo venha a ter sobre sua realidade social tende a ser representada e carregada de juízos e valores sociais, julgando, validando e reproduzindo determinada realidade, por certo não corresponde à análise opinativa original, salvo análises bastante peculiares.

A mídia age diretamente na estrutura organizacional da sociedade e do Estado e é considerada por muitos estudiosos da comunicação como um Quarto Poder, juntamente com o Legislativo, Executivo e Judiciário (CUNHA; FIGUEIRAS, 2012). Ela possui, pelo seu alcance diante das massas populacionais e pela legitimidade atribuída, capacidade de influenciar a opinião pública, auxiliando ou prejudicando pessoas e entidades.

No que diz respeito à esfera política, ainda mais grave, pela importância que as decisões e rumos tomados influenciam toda uma coletividade, Cunha e Figueiras (2012, p. 140) salientam que “os conteúdos políticos selecionados, o destaque que lhes é atribuído, bem como a forma de tratamento dado às notícias, favorecem ou prejudicam os desígnios políticos de um candidato ou partido.” A frequência e o modo como as informações são apresentadas, muitas vezes sutilmente distorcidas, provocam na população reações de apoio ou rechaço.

Acreditamos que a objetividade nas informações é um mito até mesmo para os estudiosos da comunicação, haja vista que essa objetividade, que garantiria prestígio para a informação, esbarra no caráter subjetivo dos agentes ligados aos veículos de comunicação; além de serem funcionários e precisarem estar alinhados à filosofia da empresa, também são seres sociais, culturais e ideológicos.

Enfim, agendando informações, apresentando fatos, muitas vezes destoados da realidade, os meios de comunicação, por meio dos editores e jornalistas, formam um cenário sobre o que devemos pensar e até mesmo como devemos pensar (ESTEVEES, 2012). Nisso,

consiste o papel maior da mídia em nossa sociedade e que deveria provocar um alerta para cada vez mais sermos críticos e questionadores diante do que nos é apresentado.

Mesmo que vital para um regime democrático, os meios de comunicação denunciando e depreciando agentes políticos e partidos, antes mesmo de uma investigação e um julgamento jurídico, deixam no descrédito a própria política e debilita a democracia. Por exemplo, as capas de revistas, cativantes pela sua linguagem apelativa, verbo-visual, constroem e repassam uma imagem sobre algo, ou alguém, de acordo com seus interesses e suas próprias predileções ideológicas e partidárias.

Neste capítulo, tratamos do texto enquanto um todo organizado de sentido, pelo viés da Linguística do Texto. Abordamos ainda questões pertinentes aos estudos do gênero textual, recortando as capas de revista, observando suas características e questões pertinentes à sua funcionalidade. Retomamos questões de seu agenciamento e sua organização para construção do(s) sentido(s). Tomando essas questões, somadas aos objetivos desta pesquisa, passamos ao próximo capítulo, para – pelo viés da Linguística da Enunciação – tomar a língua como o sistema sígnico capaz de interpretar todos os outros sistemas.

O próximo capítulo é dedicado à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, que servirá de embasamento teórico para a análise do *corpus*. Uma enunciação que contempla reflexões de um linguista que vislumbrava no ato enunciativo a concretização da língua, estabelecendo sentidos, constituindo a nossa própria essência, ou seja, a presença do homem na língua. Nesse particular, queremos olhar para as capas de revistas e tratar dessa “objetividade” de que trata o discurso midiático.

3 ENUNCIÇÃO EM ÉMILE BENVENISTE: UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA

Este espaço tem por objetivo abordar alguns aspectos da Linguística Enunciativa de Émile Benveniste, para desenvolver a base teórica do trabalho e possibilitar a análise do *corpus* já mencionado na parte introdutória.

Antes de iniciarmos, faz-se necessário esclarecer quais serão os caminhos abordados e privilegiados no desenvolvimento deste capítulo. Para tanto, precisamos fazer dois recortes: o primeiro referente à disposição das seções e subseções apresentadas; o segundo concerne aos conceitos, dentro da teoria enunciativa benvenistiana, que serão contemplados.

Quanto à distribuição das seções, iniciamos explanando acerca da Linguística da Enunciação⁶, os aspectos por ela destacados. Depois, apresentamos de forma breve Ferdinand de Saussure, precursor dos estudos linguísticos contemporâneos e fonte na qual a Linguística de Enunciação se embasa. Dando continuidade, apresentamos algumas reflexões sobre o teórico que fundamenta este trabalho, Émile Benveniste, sua importância e contribuição para os estudos da enunciação. Por fim, procedemos a um “diálogo” entre Saussure e Benveniste, dois dos principais estudiosos da linguística e singulares em suas construções teóricas.

Ainda, com o intuito de favorecer melhor compreensão deste capítulo, deixamos claro que a Linguística da Enunciação é um campo heterogêneo, composto por inúmeras teorias e abordagens, porém, para analisarmos nosso *corpus* e alcançarmos os objetivos propostos, privilegiamos os estudos enunciativos desenvolvidos por Benveniste e alguns conceitos do seu complexo arcabouço teórico.

A partir desse esclarecimento dos aspectos organizacionais e teóricos, iniciamos o estudo.

3.1 A TEORIA ENUNCIATIVA: A PERSPECTIVA DE BENVENISTE

A linguagem é nossa própria essência, identifica-nos e nos torna sujeito, possibilitando nossas relações com a sociedade e nossos pares. Assim, encontramos nos estudos enunciativos a possibilidade de identificar, analisar e compreender essa linguagem diante das situações cotidianas em que estamos envolvidos.

A escolha pela Linguística da Enunciação para analisar nosso *corpus*, capas de revistas, justifica-se pela importância que a linguagem e as marcas deixadas pelo sujeito assumem nos

⁶ Salientamos que nossa abordagem referente à Linguística da Enunciação converge às concepções teóricas desenvolvidas por Émile Benveniste ao longo de seus estudos enunciativos.

seus estudos quanto às perspectivas teóricas específicas. Contudo, precisamos deixar claro que tal Linguística, assim como qualquer campo dentro das ciências humanas, está longe de ser algo homogêneo e coincidir em suas concepções e abordagens. Para tanto, Flores e Teixeira (2005) lembram que o uso dos termos teorias da enunciação (no plural) ou linguística da enunciação (no singular) serve para identificar que há uma gama de estudos dentro do mesmo campo de atuação, a enunciação⁷. Ainda assim, em linhas gerais, “as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito.” (FLORES, 2001, p. 10). Contatamos aqui um ponto em comum entre essas teorias quando supõem um sujeito e suas marcas, mas não o estudam.

Também, conforme Flores e Teixeira (2005), todas as teorias possuem em comum três aspectos. Primeiramente, todas as teorias da enunciação remetem a Saussure para concordar ou não com suas concepções. Em segundo lugar, todas estudam o sentido que o enunciado possui. Por fim, todas são descritivas e explicativas, utilizam *corpus* e fazem análises.

Uma linguística, inúmeras teorias, qual escolher? Mesmo que haja pontos em comum, verificamos no maior estudioso da enunciação, Émile Benveniste, os elementos necessários para alcançar os objetivos propostos neste trabalho. Esse autor “talvez seja o primeiro linguista, dentro do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado para a enunciação.” (FLORES, 2001, p. 24). Os conceitos desenvolvidos e apresentados por Benveniste, pessoa, tempo e espaço são responsáveis pela construção da cena enunciativa, que privilegia a língua em ação, formando o sentido.

Esse autor também é singular quando dá lugar de destaque ao sujeito, não como centro do seu estudo, mas por suas marcas deixadas a cada enunciação nova e irrepetível. A linguagem para Benveniste é condição da existência do homem sempre em relação ao outro.

Essa concepção é fundamental para desenvolvermos nosso trabalho e, mais ainda, para entendermos nossa própria essência que é a linguagem, responsável por nos tornar sujeitos que se inter-relacionam e produzem sentido.

Nas próximas seções, os conceitos que envolvem a Linguística da Enunciação, principalmente os estudos desenvolvidos por Benveniste, são apresentados com maior detalhamento.

⁷ Dentre teóricos que estudam a enunciação, podemos destacar a título de exemplificação Charles Bally, Roman Jakobson, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Émile Benveniste.

3.1.1 Ferdinand de Saussure: os fundamentos teóricos

A partir dos estudos linguísticos de Saussure, os estudos da linguagem passaram a ter *status* de ciência, possuindo um objeto e método de análise. Conhecido como o pai da linguística contemporânea, em seu Curso de Linguística Geral (CLG), Saussure concebeu a língua como objeto e aspecto central nos estudos da linguagem. Segundo Saussure (1995), a língua cria a unidade da linguagem.

Suas reflexões inspiraram e deram aos teóricos da enunciação, por meio da dicotomia *langue/parole* (língua e fala), condição para formulação de seus estudos. Conforme Flores e Teixeira (2005, p. 101), os estudiosos da enunciação “todos, e cada um a seu modo discutem o pensamento de Saussure.” Dentro da diversidade de teorias da enunciação, há uma harmonia de pensamento, em torno das concepções saussurianas, que compreende a língua como unidade e a fala como manifestação.

Pela importância que Saussure tem para os estudos enunciativos, que mesmo nas mais variadas teorias encontram nele um ponto de referência, apresentamos alguns aspectos sobre sua vida, sua obra póstuma CLG e sua concepção de língua, que para este trabalho e para os estudos da enunciação são tão caros.

Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, Suíça, no dia 26 de novembro de 1857⁸. Filho de família aristocrata, decide se dedicar aos estudos da linguagem em Berlim e Leipzig, na Alemanha. No ano de 1876, já é membro da Sociedade de Linguística de Paris e apenas com 23 anos, no ano de 1880, defende sua tese de doutorado sobre o uso do genitivo absoluto em sânscrito. Nesse período, inicia suas aulas, lecionando até 1891 na *École des Hautes Études*, de Paris.

Após deixar Paris, assume, ainda em 1891, como professor da Universidade de Genebra, na disciplina de Linguística Geral, após a aposentadoria de Joseph Wertheimer, disciplina que dividiu em três cursos: 1º curso – 16 de janeiro a 3 de julho de 1907, com seis alunos; 2º curso – primeira semana de novembro de 1908 a 24 de julho de 1909, com onze alunos; 3º curso – 28 de outubro de 1910 a 4 de julho de 1911, com doze alunos.

⁸ O objetivo é apenas situar o leitor, e não um estudo, nem uma descrição da vida de Ferdinand de Saussure. Os aspectos mencionados nesta pequena contextualização de sua vida estão baseados nas leituras do Quadro Biográfico, presente no livro *Curso de Linguística Geral* e no livro *Saussure*, de Claudine Normand (2009).

No ano de 1912, Saussure adoece e precisa suspender suas aulas. No dia 27 de fevereiro de 1913, em Genebra, falece o precursor dos estudos da linguística moderna.

Após sua morte, seus alunos buscaram o arquivo de notas do mestre no intuito de publicar um livro que apresentasse a doutrina exposta em seus cursos e que abria novos horizontes para a Linguística. Contudo, as buscas foram frustradas e poucas notas foram encontradas. Assim liderados por Charles Bally e Albert Sechehaye, que resolveram compilar e comparar as notas dos alunos feitas durante as aulas, veio à tona a obra denominada Curso de Linguística Geral, publicada em 1916. Pode não ter sido escrito de punho próprio. Mas suas aulas, para um pequeno auditório de não linguistas e que não condizia com o pesquisador da natureza de Saussure – realizadas entre os anos de 1907 e 1919 –, geraram um livro, o CLG, que não pode ser, definitivamente, desconhecido dos que estudam a linguagem. (FIORIN et al., 2013, p. 68).

Essa obra “é responsável por alçar a disciplina linguística à condição de ciência em função, basicamente, de ter circunscrito um objeto e um método para a disciplina.” (FLORES, 2009, p. 34). A língua, sistema coletivo, foi escolhida como objeto, por favorecer o método de análise, ao contrário da fala, manifestação individual e heterogênea.

No entanto, antes de darmos continuidade ao conceito de língua presente no CLG, faz-se necessário apresentarmos três pontos que ainda suscitam dúvidas entre os leitores de Saussure. Primeiramente, conforme Flores (2009), ouve-se dizer que os escritores do CLG foram Charles Bally e Albert Sechehay, porém ambos não frequentaram todas as aulas, como constatado no próprio prefácio do CLG, “obrigações profissionais nos haviam impedido quase completamente de nos aproveitarmos de seus derradeiros ensinamentos.” (SAUSSURE, 1995, p. 2). Ou seja, o livro foi organizado por pessoas que não participaram de todas as aulas e tiveram como base as anotações de outros alunos.

Um segundo ponto diz respeito ao termo *estrutura*, que Saussure nunca o utilizou, bem como o CLG. De acordo com Flores (2009, p. 35), a expressão estrutura “veio a ser utilizada apenas no final da década seguinte, mais especificamente em 1929, nas teses formuladas no Congresso Internacional de Linguística de Haia pelos linguistas Roman Jakobson e Nicolas Troubetzkoy.”

O terceiro ponto diz respeito às relações binárias, remetidas a ele como se tivesse feito formulações herméticas em torno de dicotomias.

Aliás, parece-me mais que Saussure falou em um terceiro elemento mediador da relação binária. Saussure pensou em uma relação que facilmente seria aprovada aos olhos dos dialéticos. Veja-se: para a dicotomia significante/significado, há o signo; para paradigma (que Saussure chamava de eixo associativo) /sintagma, há o sistema; para diacronia/sincronia, há a pancronia; para língua/fala, há a linguagem. Tudo orquestrado pela noção de *valor*. (FLORES, 2009, p. 35, grifo do autor).

Os pontos aqui destacados são importantes para uma maior compreensão de como essa obra póstuma foi estruturada. Citamos apenas três pontos que causam mal entendidos para os que a estudam, porém precisamos ter a compreensão de que o CLG é responsável por conceber uma nova diretriz aos estudos da linguagem, principalmente nas reflexões sobre a linguagem, língua e fala.

Para entendermos melhor essas questões, recorreremos ao CLG para explicitar os conceitos de linguagem, língua e fala, tão caros às formulações enunciativas. Conforme Saussure (1995, p. 17), a língua

não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

Já a linguagem é “multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios” (SAUSSURE, 1995, p. 17); ela pertence tanto ao coletivo quanto ao individual, não podemos classificá-la em nenhuma categoria dos fatos humanos, nem identificar sua unidade.

Com o conceito de língua apresentado (FIORIN et al., 2013, p. 100), “estabelece-se a primazia do sistema sobre a variabilidade infinita dos atos de linguagem, a precedência da virtualidade sobre a realização.” A língua por uma escolha epistemológica torna-se o objeto de estudo da linguística. Contudo, cabe aqui lembrar que Saussure não exclui a fala dos seus estudos, nem a desqualifica em relação à língua. Conforme o mestre genebrino (1995), o estudo da linguagem possui duas partes, uma essencial que é a língua, independe do indivíduo, pois não pode ser modificada individualmente, resulta de uma espécie de contrato entre indivíduos de uma mesma comunidade, enquanto a outra é parte individual da linguagem – a fala –, pertence ao domínio individual, passível de influências externas e por isso não é passível de análise.

Antes de finalizarmos essa parte, para então passarmos a Benveniste, cabe lembrar que caso a língua não existisse nossos pensamentos seriam apenas abstrações. No entanto, não podemos entender a língua apenas como um sistema de rotulações da vida real; a língua é um sistema de signos, que unem uma “imagem acústica” (significante) a um “conteúdo” (significado) de forma arbitrária.

Os conceitos, principalmente desenvolvidos no bojo da relação da linguagem, língua e fala, são essenciais para o desenvolvimento das teorias enunciativas. Muitos desses conceitos

são apropriados e utilizados nas formulações enunciativas de Benveniste, como veremos a seguir.

3.1.2 O linguista Émile Benveniste

Ezra Benveniste, judeu sefardita, nasceu em Alep, Síria, em 27 de maio de 1902, chegou a Paris em 1913 e “naturalizou-se francês em 1924, quando trocou seu nome de batismo para Émile.” (FLORES, 2013a, p. 13). Foi posto por seu pai na *École Rabbinique de France*. De acordo com Dosse (1993, p. 61):

Destinava-se a uma carreira religiosa quando Sylvain Lévi, indianista conhecido do Collège de France, descobre nele um talento excepcional e leva-o a Antoine Meillet, discípulo de Saussure. Benveniste segue então uma formação de linguista na filiação duplamente comparatista e saussuriana de Antoine Meillet. Ingressa, após um percurso sinuoso e à margem das instituições oficiais no Collège de France em 1937. Com ele, é a linguística estrutural que penetra na cúpula da legitimação científica, e quando Lévi-Strauss recorre ao estruturalismo linguístico para sustentar seu projeto antropológico, vale-se de Benveniste para co-dirigir a revista *L'Homme* em 1960.

Benveniste (FLORES, 2013a, p. 13), “em 1920, obtém o Diploma de Estudos Superiores [...] Em 1922 se inscreve na *École des langues orientales* e obtém a *Agrégation de Grammaire*.” Mais tarde, em 1935, recebe a titulação de Doutor em Letras defendendo a tese intitulada *Origine de la formation des noms em indo-européen*.

Benveniste ganhou maior notoriedade após a publicação em 1966 da sua obra *Problemas de Linguística Geral*, coletânea de artigos que refletem sobre a natureza e função da linguagem. Conforme Flores (2013a, p. 14, grifo do autor),

Benveniste publicou muito. A lista bibliográfica mais completa que se conhece até hoje é estabelecida por Mohammad Djafar Moïnfar, publicada em 1975, em *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Moïnfar lista 18 obras, 291 artigos, 300 resenhas e 34 comunicações na *Société Linguistique de Paris*.

Em 6 de dezembro de 1969, Benveniste sofre um acidente vascular cerebral que o deixa afásico e paralisado. Essa situação foi se complicando até levá-lo a óbito no dia 3 de outubro de 1976. Um estudioso da linguagem, singular em suas reflexões, Benveniste não desenvolveu um modelo de análise. O que chamamos de Teoria da Enunciação é fruto das leituras de diferentes textos que teorizam sobre as marcas do homem na linguagem.

Não há um modelo padronizado sobre a qual as análises são realizadas. Pelo contrário (FLORES; TEIXEIRA, 2009, p. 154), “cada texto seu encerra maneiras específicas de analisar

e de teorizar línguas, língua e linguagem.” Tal constatação torna o estudo de Benveniste complexo, pois não encontramos assim linearidade em seu pensamento.

Segundo Flores (2013a, p. 24),

há muitos conceitos que têm existência garantida apenas porque estão articulados a outros conceitos que se definem, portanto, numa rede de primitivos teóricos. A partir disso, é fácil concluir que, em Benveniste, os termos, os conceitos e as noções contêm, em si, outros termos, conceitos e noções e estes, por sua vez, estão contidos em muitos outros.

Por isso, quem estuda a teoria enunciativa se defronta com a dificuldade de estudar isoladamente um conceito. Um termo, muitas vezes em um mesmo texto, pode apresentar sentidos diferentes. Pela extemporaneidade, entre os textos, os conceitos vão sofrendo modificações, implicando assim a impossibilidade de uma leitura linear.

Podemos encontrar termos que são idênticos no que concerne à sua expressão e distintos em significados (FLORES, 2013a). Existem expressões diferentes com o mesmo conceito e outros termos que variam conforme os diferentes momentos do pensamento de Benveniste⁹.

No entanto, mesmo com toda a dificuldade de entendimento teórico, podemos verificar o pensamento antropológico de concepção de linguagem, como condição de existência do homem. Isso nos leva ao axioma da teoria, entendido como “a(s) proposição(ões) de base que se refere(m) ao objeto e que não exige(m) demonstração: o *axioma* é um princípio de evidência da teoria.” (FLORES, 2013a, p. 44, grifo do autor). Esse princípio de evidência é explicitado pelo sintagma *o homem está na língua*.

Além do axioma, há o operador que permite seu exercício. Conforme Flores (2013a, p. 44, grifo do autor), o “operador do *axioma O homem está na língua* é a enunciação. Em todos os aspectos. É ela, enquanto dispositivo que o faz funcionar.” É na enunciação que a língua ganha sentido, e essa enunciação é o colocar em funcionamento a língua.

a enunciação não é o enunciado (por certo), e tampouco (proposição mais sutil e mais revolucionária) a simples presença da subjetividade no discurso; ela é o ato, renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua (apropria-se dela, diz com justeza Benveniste): o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há “sujeitos” (e, portanto, não há “subjetividade”), há apenas locutores; bem mais – e isso é lembrado incessantemente por Benveniste –, só há interlocutores. (BARTHES, 2004, p. 211-212).

⁹ Conforme Flores (2013a), existe uma flutuação terminológica em Benveniste. Há uso homonímico de termos dentro de um mesmo texto e em mais de um texto, por exemplo os termos sentido e enunciação. Também, há termos polissêmicos em um mesmo texto e em textos diferentes, como é o caso do conceito de discurso e de enunciado. Além disso, há uso de termos sinônimos em um mesmo texto e em textos diferentes, por exemplo o uso de instância de discurso e indicadores autorreferenciais.

Percebemos aqui a função essencial da linguagem, pois somente por meio dela que nos tornamos sujeitos pertencentes a um tempo e espaço. Evidenciamos também uma das características das teorias da enunciação, na qual não é estudado o papel do sujeito na língua, mas sim as marcas deixadas no enunciado pelo locutor na inter-relação que faz evidenciar a subjetividade.

Essas noções de subjetividade e intersubjetividade ficam mais claras na distinção do que é da ordem da língua e da linguagem. Conforme Flores e Teixeira (2005, p. 34), “a intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua. A linguagem é condição de existência do homem e como tal ela é sempre referida ao outro, ou seja, na linguagem se vê a intersubjetividade como condição da subjetividade.”

É no uso da língua que nos tornamos sujeito e é nesse uso que a língua possui valor. Benveniste, apropriando-se da noção saussuriana de valor, considera sua noção imbricada com a língua. Isso porque, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 2006e, p. 83), ou seja, os signos que compõem o sistema da língua só ganham sentido na concretude de sua utilização.

Depreendemos nessa pequena apresentação de Benveniste, segundo Flores (2013b, p. 100), “o a priori radical de Benveniste: o homem é de natureza intersubjetiva porque é constituído pela linguagem.” A linguagem define o homem. Eis um dos pontos centrais da teoria benvenistiana, opondo o homem à linguagem, estamos opondo-o à sua própria natureza.

Passamos agora a um breve “diálogo” entre alguns dos principais conceitos saussurianos que são importantes para os estudos enunciativos e para o desenvolvimento deste trabalho.

3.1.3 Um diálogo necessário: Saussure e Benveniste

Pretendemos refletir sobre a relação teórica existente entre Saussure e Benveniste e apresentar alguns conceitos saussurianos estudados, aprofundados e/ou ampliados por Benveniste e sua teoria enunciativa.

Saussure, o mestre genebrino, criou condições para a linguística tornar-se ciência e, mesmo não tendo filiação total do seu pensamento, “todos voltam para dele se afastar, quanto para a ele se filiar.” (FLORES; NUNES, 2007, p. 200). O sistema de signos desenvolvido por Saussure, que apresenta a língua como constituída por elementos que são definidos por meio das relações estabelecidas com os demais elementos, é o alicerce do desenvolvimento dos estudos linguísticos que surgiram após suas reflexões.

Dentre esses estudos, estão os da Linguística da Enunciação. Contudo, os estudos enunciativos não se restringem, nem se resumem ao pensamento do mestre genebrino. De acordo com Flores e Nunes (2007, p. 201), a Linguística da Enunciação “é responsável pela produção de um novo operador (e conseqüentemente de novos axiomas): a enunciação.” A língua é compreendida, tal como Saussure, como um sistema de signos, porém a preocupação está no uso desse sistema, por meio da concretização do ato individual de enunciar.

Benveniste, entre os teóricos da enunciação, é um dos que mais retoma o quadro saussuriano para suas formulações, sendo talvez o mais saussuriano de todos. A relação existente entre os nomes Benveniste e Saussure já é conhecida, suscitando alguns discursos envolvendo seus nomes.

Conforme Normand (2014), em seu texto Saussure-Benveniste¹⁰, há pelo menos cinco discursos que explicitam a relação entre esses dois linguistas: o discurso da filiação, transmissão, da “escola”; discurso da novidade; discurso da comparação; discurso sobre a relação com a interdisciplinaridade e o discurso sobre a relação com a instituição universitária.

O primeiro discurso remete ao fato de Saussure ter “gerado” Benveniste; o segundo discurso traz uma “linguística diferente” (NORMAND, 2014, p. 197), e a novidade está na liberdade que foi dada aos linguistas em relação às amarras da teoria saussuriana, lhes dando “a subjetividade, o mundo e o discurso” (NORMAND, 2014, p. 197), reatando com os estudos da filosofia e psicologia; o terceiro discurso traz a comparação, a influência de Saussure que desenvolveu a teoria, os temas e métodos, enquanto Benveniste fez as aplicações práticas.

Também nos deparamos com o quarto discurso, da interdisciplinaridade. De um lado, temos Saussure restringindo os estudos da linguagem para a Linguística; por outro lado, Benveniste inter-relacionando-se com a filosofia, sociologia, psicanálise. Por fim, o quinto discurso da relação universitária remete ao reconhecimento e ao isolamento intelectual.

Essas comparações apresentadas não podem incorrer em um engodo simplista, ofuscando o linguista Émile Benveniste, que por um lado “conserva concepções caras ao saussuriano, tais como estrutura, relação, signo, por outro apresenta meios de tratar enunciação ou, como ele mesmo diria, do *homem na língua*” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 30, grifo do autor), desenvolvendo assim uma nova forma de compreender a língua.

Para compreendermos mais claramente os conceitos saussurianos visitados por Benveniste, sua leitura e desenvolvimento de uma nova abordagem, apresentamos alguns

¹⁰ Texto publicado originalmente nos *Cahiers Ferdinand de Saussure: revue suisse de linguistique générale*, n. 56, 2004.

conceitos fundamentais para a linguística da enunciação e que estão relacionados com os objetivos propostos neste trabalho, tais como língua, linguagem e signo linguístico.

Em Saussure (1995, p. 24), a língua é homogênea, de natureza concreta, resultado de um contrato social “é um sistema de signos que exprimem ideias.” Forma a unidade dos estudos linguísticos, não é passível de modificações individuais, mas sim quando as modificações são aceitas por toda a coletividade.

Tanto quanto Saussure, Benveniste (2006b, p. 224) também compreende que a língua “é um sistema de signos”, porém se preocupa com a concretude do uso da língua por meio do ato individual de utilização, a enunciação. Segundo Benveniste (2005c), a língua é um sistema que nada significa em si, por vocação natural, mas sim em razão de conjunto.

Assim, apropriando-se da noção saussuriana de compreender a língua como um sistema, Benveniste amplia a reflexão, ou a explicita afirmando que a língua por si só não significa; é apenas uma possibilidade antes de sua concretização pelo uso, pela enunciação.

Outro conceito trabalhado por ambos diz respeito à linguagem, considerada por Saussure (1995) como heteróclita, composta por dois lados, um social (língua) e o outro individual (fala), que não podem ser concebidos separadamente; por pertencer aos dois domínios, social e individual, não se classifica em nenhuma das categorias dos fatos humanos, não podendo ser analisada.

Por sua vez, Benveniste (2005c) utiliza o conceito saussuriano de linguagem como uma faculdade humana e sob uma perspectiva antropológica desse conceito vê na linguagem a própria definição do homem, sua própria natureza.

Conforme Benveniste (2005b, p. 285),

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

O conceito de linguagem ganha maior atenção nos estudos benvenistianos, que veem o homem constituindo-se como sujeito “na e pela linguagem” (BENVENISTE, 2005b, p. 286). Essa é uma das teses principais de Benveniste, a linguagem nos torna sujeito e torna-se a própria condição da existência humana.

Além dos conceitos saussurianos de língua e linguagem, o de signo linguístico, um dos conceitos basilares nos estudos linguísticos, é apropriado e ampliado na concepção benvenistiana.

Conforme Saussure (1995), o signo linguístico é formado por uma relação arbitrária entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), é dotado de significação, formando um sistema que, conseqüentemente, forma a língua. O signo possui valor pela diferença e oposição que possui dentro do seu próprio sistema.

Benveniste amplia o conceito de signo para ele relacionado ao uso. Em dois de seus artigos presentes em sua obra, *Problemas de Linguística Geral II, A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969), ele utiliza o conceito de signo com uma dupla natureza, semiótico (forma) e semântico (sentido).

O semiótico está no nível intralinguístico, composto pela forma que constitui o significante e pelo sentido que constitui o significado. Nesse aspecto, Benveniste (2005a, p. 55) modifica a expressão utilizada por Saussure, cuja relação entre “o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário.”

Benveniste, ao contrário de Saussure, vê na relação semiótica – significado e significante – uma relação de necessidade. Conforme Flores et al. (2009, p. 212), “arbitrário é que o signo possa se aplicar a um determinado elemento da realidade e não a outro.” Assim, a arbitrariedade refere-se ao signo e à realidade a que se relaciona.

O semântico apresenta como forma a palavra e como sentido a frase, concretiza-se no ato de enunciar, integra a ação do locutor. “Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por conseqüência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.” (BENVENISTE, 2006b, p. 229). O semântico está no domínio da língua em ação, o sentido é construído e materializado no emprego da língua. Essa dupla natureza leva “Benveniste a afirmar sua ultrapassagem em relação a Saussure. Nessa ultrapassagem, encontra a referência, noção central em semântica, que ele trata no âmbito da enunciação” (TEIXEIRA; MESSA, 2015, p. 99), ou seja, na relação entre locutor e alocutário.

Verificamos em Benveniste e pelos conceitos enunciativos apresentados que a Linguística da Enunciação mantém inúmeros aspectos que nascem da linguística saussuriana (NORMAND, 2014). Principalmente na compreensão da língua como um sistema de signos relacionados e opostos uns aos outros.

Enfim, ruptura, continuidade ou ultrapassagem são termos que vêm à tona, porém “independentemente do vínculo que o campo da enunciação tem com Saussure, as teorias da enunciação constituem um novo objeto [...]. Este novo objeto tem um nome: enunciação” (FLORES et al., 2013, p. 19), que se dá pelo uso único e irrepetível da língua.

A partir de agora, faremos algumas reflexões sobre alguns textos escritos por Benveniste que são pontuais para a compreensão dos objetivos e desenvolvimento das análises neste estudo.

3.2 CONCEITOS FUNDANTES DA ENUNCIACÃO EM BENVENISTE: UMA LEITURA NECESSÁRIA

Benveniste produziu muito ao longo de sua trajetória, desenvolvendo trabalhos sobre a linguagem que versavam sobre diferentes aspectos e que interagiam com variadas áreas do conhecimento, como a psicanálise, sociologia, filosofia entre outros.

No entanto, para efetuarmos nossa análise que possui objetivos específicos, é necessário que façamos escolhas. Entre os artigos, por motivos metodológicos, escolhemos: *Da subjetividade na linguagem* (1958), que compõe a obra *Problemas de Linguística Geral I*; *A linguagem e a experiência humana* (1965); *A forma e o sentido na Linguagem* (1967) e *Semiologia da Língua* (1969), que integram *Problemas de Linguística Geral II*.

Privilegiamos tais textos, pois neles Benveniste apresenta os conceitos que envolvem a língua como único sistema sígnico capaz de interpretar a si e aos outros sistemas, a dupla natureza do signo linguístico, semântico e semiótico, e por apresentar as três esferas, pessoa, tempo e espaço, responsáveis por formar a cena enunciativa.

A ordem de apresentação dos textos segue a ordem cronológica de suas publicações. Após refletirmos sobre cada um dos quatro textos, faremos um comentário sobre os conceitos neles desenvolvidos que servirão de aporte para o desenvolvimento das análises.

3.2.1 Da subjetividade na linguagem¹¹

O primeiro aspecto apresentado por Benveniste traz o questionamento acerca da linguagem como um instrumento utilizado pela sociedade para comunicar. No entanto, utilizar o termo instrumento para categorizar a linguagem produz (BENVENISTE, 2005b, p. 285), “como toda noção simplista a respeito da linguagem”, certa desconfiança.

Quando falamos em instrumento, falamos em algo que não está na natureza, é criado e utilizado pelo homem para alcançar determinado objetivo. Por exemplo, utensílios, como o martelo e o machado são produzidos pelo homem, não estão disponíveis na natureza; já a

¹¹ Publicado originalmente no *Journal de psychologie*, no ano de 1958.

“linguagem está na natureza do homem” (BENVENISTE, 2005b, p. 285); é inerente a ele, não foi fabricada.

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005b, p. 285).

Constatamos nessa reflexão benvenistiana o elo indivisível entre homem e linguagem. A própria linguagem define quem somos. É a partir desse direcionamento que as reflexões sobre a subjetividade, que está na linguagem, começam a ser desenvolvidas.

De acordo com Benveniste (2005b, p. 286, grifo do autor), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’. Percebemos nessa visão antropológica da linguagem que o sentido da ‘subjetividade’ está ‘na capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. É aqui que o fundamento da linguagem é encontrado, que se determina pelo *status* de pessoa.

Na reciprocidade, constitui-se a pessoa: “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (BENVENISTE, 2005b, p. 286, grifo do autor), o que implica que *eu* me torne *tu* quando *tu* tornar-se *eu*. Porém, precisamos entender que a categoria de pessoa não se encerra na associação entre os pronomes *eu* e *tu*. Consoante Flores (2013a, p. 102), “ela é o próprio fundamento linguístico da subjetividade, uma vez que a linguagem contém as formas linguísticas apropriadas à expressão da subjetividade.”

A linguagem torna-se possível “porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso.” (BENVENISTE, 2005b, p. 286, grifo do autor). Nesse sentido, *eu* propõe outra pessoa a qual eu digo *tu* e vice-versa, lembrando sempre que, nesse sentido, os termos eu e tu não são figuras, não são abstrações da língua e sim formas linguísticas indicadoras da “pessoa”.

Lembramos aqui a impossibilidade da falta de pronomes pessoais que podem em alguns casos serem omitidos, porém “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível.” (BENVENISTE, 2005b, p. 287). Quanto a esses tipos de pronomes, Benveniste (2005b) pontua que são distintas de todas as designações articuladas pela língua, não remetendo nem a conceito nem a indivíduo algum.

De acordo com Benveniste (2005b, p. 288), “não há conceito ‘eu’ englobando todos os eu que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores.” O “eu” não denomina

entidade lexical e também não se refere a um indivíduo particular, pois se assim fosse não teríamos como identificá-lo, haja vista que faria remissão a todos os indivíduos e a cada um em sua particularidade.

Mas então, a que se refere o *eu*? Para essa indagação, Benveniste (2005b, p. 288, grifo do autor) responde que se refere

a algo de muito singular, que é exclusivamente linguístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual eu designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”.

A subjetividade está na concretude da língua, no seu uso, permitindo que o locutor se aproprie da língua em sua totalidade designando o *eu*. Os pronomes que indicam pessoa são “o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem.” (BENVENISTE, 2005b, p. 288). Fundamentais também são os indicadores da dêixis que organizam as relações espaciotemporais, aqui e agora, em torno do sujeito.

O domínio da subjetividade é ampliado na noção de temporalidade. Em qualquer que seja a língua, há a distinção entre passado, presente e futuro, porém o ponto de partida é sempre o presente, que, por sua vez, encontra sua referência em um dado linguístico. Conforme Benveniste (2005b, p. 288), “não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se está’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se fala’”. Esse tempo é sempre presente, pois é atualizado pelo locutor a cada instância discursiva.

A linguagem possibilita a instauração da subjetividade. É na instância discursiva que se constituem as coordenadas para que o locutor se aproprie e instaure as pessoas *eu* e *tu*, remetendo a um *ele*, “que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação.” (BENVENISTE, 2005b, p. 292). No entanto, existe caracterizando-se como não pessoa em oposição à pessoa *eu* que enuncia.

Por fim, muitas noções foram apresentadas, mas devemos salientar que Benveniste em seu artigo funda por meio do discurso e da intersubjetividade a noção da subjetividade. A condição do homem se instaura *na* e *pela* linguagem. Condição essa revelada na noção de tempo, que apresenta a experiência humana dos homens que utilizam a língua para se comunicarem uns com os outros em determinado tempo. Eis a experiência humana, de Benveniste.

3.2.2 A linguagem e a experiência humana¹²

Este texto parte da concepção de que todas as línguas possuem em comum o fato de possuírem categorias de expressão situadas no discurso. De acordo com Benveniste (2006a, p. 68), “são categorias elementares, independentes de toda a determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.” Dentre essas categorias, duas são fundamentais: a de pessoa e a de tempo.

O homem se posiciona em sua individualidade enquanto *eu* em oposição a *tu* e *ele*, o que reflete uma realidade dentro de uma atividade discursiva. Aquele que fala se refere no discurso como *eu* e cada vez que ele é reproduzido é sempre um ato novo, “ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e discursos.” (BENVENISTE, 2006a, p. 68). Em toda a língua, a entidade lexical eu, quando da instauração do discurso, introduz a pessoa.

Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a ele, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda. Mede-se por aí a distância, ao mesmo tempo ínfima e imensa, entre o dado e sua função. (BENVENISTE, 2006a, p. 69).

Quando a ação do discurso ocorre, o pronome eu “de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz a cada vez, uma nova pessoa.” (BENVENISTE, 2006a, p. 69). É essa atividade que faz surgir a “atualização de uma experiência essencial”, que não pode faltar em nenhuma língua.

Além da categoria de pessoa, dentre as formas reveladoras de subjetividade, “nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*, nenhuma é tão difícil de explorar.” (BENVENISTE, 2006a, p. 70, grifo do autor). E esse tempo apresenta três noções distintas, o *tempo físico*, *tempo crônico* e o *tempo da língua*.

Segundo Benveniste (2006a, p. 71), “o *tempo físico* do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade.” Possui um correlato, tempo psíquico, que apresenta no homem uma duração infinitamente variável, ligada ao grau de suas emoções e seu ritmo de vida interior é imensurável, pois está no âmago de cada indivíduo.

O *tempo crônico* está presente em instituições humanas, “é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa vida enquanto sequência de acontecimentos.” (BENVENISTE,

¹² Publicado no periódico *Diògene*, Paris, U.N.E.S.C.O., Gallimard, n. 51, em 1965.

2006a, p. 71). Todas as civilizações, para se situarem diante dos acontecimentos efêmeros, instituíram cálculos, como o calendário.

O *tempo crônico* dentro de sua característica apresenta algumas condições denominadas *estativa*, *diretiva* e *mensurativa*. A primeira remete a um marco zero no cálculo temporal, como acontecimentos importantes para a história de determinada sociedade; por exemplo, o nascimento de Cristo, para os cristãos, marca o ano primeiro, sendo um divisor de águas entre o que é antes e o que é depois de Cristo. Já a *diretiva* está relacionada com a primeira, pois se refere ao antes e depois em relação à referência dada pela condição *estativa*. Por fim, a terceira dita *mensurativa* fixa “um repertório de unidades de medida que servem para denominar os intervalos constantes entre as recorrências de fenômenos cósmicos.” (BENVENISTE, 2006a, p. 72). Assim, o intervalo entre o nascer e o pôr do sol constituirá o dia, bem como outros fenômenos irão constituir a semana, o mês e assim por diante.

Além dessas duas divisões temporais, *físico* e *crônico*, temos o *tempo linguístico*. De acordo com Benveniste (2006a, p. 74), “uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua.” A experiência humana do tempo é manifestada pelo uso da língua que “manifesta-se irreduzível igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico”, apresentando como característica singular o fato de estar ligado ao exercício da fala.

Segundo Benveniste (2006a, p. 80), “é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem”, que situa os acontecimentos sempre como presentes no momento em que o locutor se apropria da língua para remeter ao alocutário, definido assim dentro da função discursiva.

É o *tempo linguístico* que caracteriza o sujeito que se enuncia, que o marca no discurso. Esse tempo está ligado ao exercício da fala e instaura uma nova experiência humana, única e irrepetível, a cada enunciação de um sujeito constituído *na* e *pela* linguagem. Toda vez que o sujeito se marca como *eu* no discurso, o tempo presente da fala, o *tempo linguístico* surge.

Quando uma revista publica em sua capa determinada matéria, no tempo presente, essa matéria logo se torna passado. Contudo, cada vez que essa publicação é lida novamente, o sujeito situado *na* e *pela* linguagem atualiza a experiência humana no tempo. Ou seja, conforme Toldo e Valério (2016), a experiência humana que é instaurada cada vez que alguém enuncia apresenta sua experiência de linguagem atualizada no tempo.

Assim, a capa de revista é uma forma, que na instância discursiva atualizada pelo tempo, marcada pela relação entre sujeitos que se enunciam, produz sentido. Nessa perspectiva,

apresentamos a próxima seção que aborda a dupla natureza *forma* e *sentido*, materializada na enunciação que é marcada pelo sujeito e atualizada pelo tempo.

3.2.3 A forma e o sentido na linguagem¹³

As reflexões presentes no texto de 1966, de Benveniste, *A forma e o sentido na linguagem*, possuem grande importância para os estudos da linguagem por ampliar a concepção saussuriana de signo linguístico, instaurando uma dupla natureza: semiótico, no domínio intralinguístico, e o semântico, no domínio da língua em uso. Apenas esses comentários já servem para situar-nos na complexidade inerente a esse texto benvenistianiano.

Benveniste apresenta o tema do congresso em que profere a conferência, a forma e o sentido na linguagem, que para ele parece convir mais a filósofos do que a linguistas. No entanto, logo enfatiza que sua abordagem será como linguista, ressaltando que não se baseia em nenhum ponto de vista comum, ou adotado pela maioria dos estudiosos da língua; afinal, tal ponto de vista não existe.

Em relação à forma e ao sentido não há uma doutrina reconhecida entre os linguistas e muitos são avessos a esse assunto. “Há inclusive, aqueles que se recusam a estudar o sentido. É o caso de Leonard Bloomfield, para quem o estudo do significado escaparia à competência do linguista” (FLORES, 2013a, p. 137), taxando até mesmo como mentalismo o seu estudo.

Contudo, para Benveniste (2006b, p. 221, grifo do autor), esse assunto está posto mesmo que a desconfiança persista. “De fato as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*”, o que faz com que os linguistas se apoiem mais no segundo aspecto para classificá-lo dentro dos fatos linguísticos.

Nesse sentido, Benveniste (2006b, p. 221) é taxativo quando afirma que as proposições apresentadas são de cunho pessoal, e não consenso entre os estudos linguísticos. Que seu esforço será “para situar e organizar estas noções gêmeas de sentido e forma”, analisando-as fora de qualquer pressuposto da filosofia.

A título de aproximação, Benveniste (2006b, p. 222) parte de uma compreensão primeira dos termos forma e sentido. A forma é “do ponto de vista linguístico (a bem distinto do ponto de vista dos lógicos), ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é

¹³ A forma e o sentido na linguagem é fruto de uma conferência ministrada em um congresso de filosofia ocorrido em Genebra no ano de 1966.

excluído ou o arranjo formal destes elementos ao nível linguístico relevante”, enquanto que o sentido “é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores.”

Essa noção primeira acerca dos termos, logo abandonada por Benveniste, constitui um antagonismo entre os termos forma e sentido. Com essa concepção, por exemplo, em uma capa de revista, a forma seria sua estrutura e apresentação verbo-visual, seu arranjo formal separado do sentido que lhe é inerente e transmitido ao leitor.

Tal concepção antagônica desses termos é uma convenção banal que apresenta em sua própria “antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação.” (BENVENISTE, 2006b, p. 222). A linguagem antes de qualquer coisa possui como característica primordial a significação.

O cerne da linguagem é significar, assegurando todas as funções humanas, que envolveriam todas as atividades ligadas ao exercício da fala, do pensamento, todas as atividades coletivas e individuais. No entanto, para resumir todas essas atividades, Benveniste (2006b, p. 222, grifo do autor) afirma que antes de qualquer coisa “a linguagem serve para *viver*”. Sem a linguagem, a existência da sociedade seria impossível, sem a comunicação nada teria sentido, nada significaria.

Essa é sua atividade por excelência: a língua significa. Qualquer que seja a atividade humana, sempre recorreremos à linguagem para nos fazer entender. Esse caráter de significar não é um acréscimo, está na própria essência, na própria natureza da língua. Todavia, a língua possui outro caráter, subordinado ao anterior, mas igualmente necessário, que é o de se realizar por meios vocais, como conjunto de sons emitidos e organizados em palavras prenes de sentido. Tais características constituem o duplo aspecto da linguagem.

Segundo Benveniste (2006b, p. 224), “é este duplo aspecto, inerente à linguagem que é distintivo.” Utilizando-se da terminologia saussuriana, a língua é um sistema de signos, e o conceito de signo é fundamental para a noção de significação. “Quando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua”, mas que Benveniste foi além.

Para Saussure, a língua é formada de signos, e dizer isso “é dizer antes de tudo que o *signo é a unidade semiótica*.” (BENVENISTE, 2006b, p. 224, grifo do autor). Unidade bilateral, o signo é formado por um significante (forma) que, conforme Benveniste (2006b, p. 225), “não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, aspecto formal da entidade chamada

signo” e pelo significado (sentido) que, mesmo parecendo ser uma afirmação banal, é a característica de significar, assumindo sentido na comunidade que faz uso da língua. O signo existe quando se relaciona e é aceito.

Assim, cada signo em uma relação de oposição com os outros signos se definem e delimitam-se no interior da língua. Conforme Benveniste (2006b, p. 227-228, grifo do autor), “quem diz ‘semiótico’ diz ‘intralinguístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa.” Assim, tudo que pertence ao domínio semiótico é identificado no interior e no uso da língua.

E o semântico, como se caracteriza? Para iniciarmos tal abordagem, lançamos mão de dois outros questionamentos. E a frase? Qual seu aspecto funcional quanto à comunicação? Mesmo que incompletas e truncadas, comunicamo-nos por meio de frases. Contrária à ideia de constituir um signo na visão saussuriana, a frase e o signo pertencem a mundos opostos, e é nisso que surge o aspecto central que difere, que vai além do conceito de signo para Saussure, existe na língua uma dupla natureza, dois domínios do sentido e da forma.

Conforme Benveniste (2006b, p. 229, grifo do autor),

há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Acabamos de definir uma delas: a língua *semiótica*; é necessário justificar a segunda, que chamamos de língua como *semântica*. Esta condição essencial aparece de forma bastante clara, esperamo-lo, para que nos perdoem o emprego de termos tão semelhantes, e que nos condenam o direito de especializá-los, distinguindo “semiótico” de “semântico”; não conseguimos encontrar termos melhores para definir as duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquele de comunicar para a semântica.

O domínio semântico nos coloca diante da concepção de língua em uso, em sua concretude, em sua função de inter-relação entre os homens e com a sociedade, “transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens.” (BENVENISTE, 2006b, p. 229). É somente nesse domínio que a sociedade surge e se organiza.

Enquanto a semiótica está para uma propriedade da língua, a semântica está para a língua posta em ação. Segundo Benveniste (2006b, p. 230), “com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua”; por outro lado, com a frase, expressão semântica por excelência, “liga-se às coisas fora da língua.” O signo tem inerente o significado, enquanto a frase implica referência diante de uma determinada situação comunicativa. Com base nessa definição, apresentamos as noções de forma e sentido no domínio semântico.

De acordo com Benveniste (2006b, p. 230), o sentido para o semântico “se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma”; em contrapartida, o semiótico “se define por uma relação de paradigma.” De um lado, temos o eixo das escolhas, paradigmático; de outro, as combinações, sintagmático.

Além disso, devemos atentar para a unidade do semântico que é a palavra, diferente do semiótico que é o signo. É nesse aspecto que a palavra assume sua função natural como unidade mínima necessária para a organização do pensamento. É pelo uso e organização das palavras que a frase ganha sentido, que no caso é a ideia que exprime.

O sentido da frase difere do sentido da palavra. Conforme Benveniste (2006b, p. 231), “o sentido de uma frase é sua ideia, o sentido de uma palavra é seu emprego.” O locutor agencia a palavra, empregando-a em determinada situação discursiva, fazendo com que ela assuma um sentido particular.

Pensar aqui que o “sentido” da frase “é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar.” (BENVENISTE, 2006b, p. 231). A noção de referência aqui suscita a natureza irrepetível da frase, que é sempre um evento único relacionado a uma nova situação comunicativa.

No que diz respeito à palavra, consoante Benveniste (2006b, p. 232), o seu sentido consistirá “na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular, preenchendo uma função proposicional.” Dessa forma, o “sentido” que a frase possui está na totalidade de sua ideia, já a “forma” é obtida pela dissociação analítica, até chegar em sua unidade semântica, a palavra.

Enquanto o semiótico, por sua natureza “intralinguística”, organiza a língua, o semântico alicerçado no semiótico constrói a comunicação. A língua, atualizada pelo discurso, assume seu real sentido, da significação.

Como podemos compreender nesta seção, a língua possui uma dupla natureza da língua, que combina dois modos distintos de significância, o semiótico e o semântico, auferindo a si lugar de destaque entre os sistemas sîgnicos. Para aprofundar mais essa definição, passamos à próxima seção, que situa a língua entre os fatos semiológicos.

3.2.4 Semiologia da língua¹⁴

Um dos textos mais complexos de Benveniste, expõe uma concepção de língua central no desenvolvimento de seus estudos, quando aplica as noções semióticas e semânticas à questão da língua, que se apresenta como um sistema diferenciado dentre todos os outros sistemas sígnicos. Rejeita Peirce e filia-se a Saussure na concepção de que o signo é entendido dentro do sistema que lhe é característico, significando pela oposição.

O texto é dividido em duas partes e apresenta na primeira “o entendimento de Benveniste da semiologia, contrapõe as perspectivas saussurianas às percieiras e, finalmente, situa a língua com relação à semiologia.” (FLORES, 2013a, p. 146). Já a segunda parte situa a língua diante dos outros sistemas de signos.

Logo na primeira parte, Benveniste cita Charles Peirce, Ferdinand de Saussure e seus estudos ao conceber a possibilidade de uma ciência dos signos, porém tais estudos fizeram surgir um problema deste domínio: “qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, 2006d, p. 43). Vimos, na seção anterior, que a língua possui uma dupla natureza, forma (semiótico) e sentido (semântico), o que a torna diferenciada e em lugar de destaque entre os sistemas de signos.

Peirce dedicou seus esforços para elaborar o conceito da ciência geral dos signos, com uma abordagem lógica, ele dividiu os signos em ÍCONES, ÍNDICES e SÍMBOLOS. Porém, conforme Benveniste (2006d, p. 43), em relação à língua, “Peirce não formula nada de preciso nem de específico. Para ele, a língua está em toda parte e em lugar nenhum. Não se interessou jamais pelo funcionamento da língua, nem mesmo lhe prestou atenção”, por conceber a língua apenas como palavras não pertencem a uma categoria distinta.

A língua fica reduzida às palavras, que são signos, mas não estão em um sistema específico. Tais concepções são muito gerais e dificulta a aplicação, pois “o signo é colocado na base do universo inteiro”; na concepção de Peirce, o “homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo, sua emoção é um signo” (BENVENISTE, 2006d, p. 45), não existindo espaço para que haja oposição.

Essa abordagem suscita alguns questionamentos em Benveniste (2006, p. 45, grifo do autor), tais como “sendo todos signos um dos outros, de que poderão eles ser signos que NÃO SEJA signo?” E mais, “acharemos o ponto fixo onde amarrar a PRIMEIRA relação de signo?”

¹⁴ Publicado originalmente no periódico *Semiotica* no ano de 1969.

É necessária a diferenciação entre signo e significado, além disso, contrariamente a Peirce, há necessidade de construir inúmeros sistemas em uma relação de diferença.

É a partir desse momento que Benveniste apresenta Saussure, pois suas reflexões partem da língua (FLORES, 2013a). A pergunta inicial é sobre o lugar da língua no sistema de signos e Saussure apresenta uma semiologia, mas relacionada à linguística.

Flores (2013a, p. 148-149) comenta que

Benveniste lembra passagens do CLG em que Saussure manifesta sua preocupação com a definição do objeto da linguística – a língua como princípio de unidade sobre a multiplicidade que é a linguagem e como princípio de classificação entre os fatos humanos. Esses dois princípios – de unidade e de classificação – são a porta de entrada para a definição saussuriana de semiologia.

Diferente de Peirce, para Saussure o signo acima de tudo é um conceito linguístico, que se estende aos fatos humanos e da sociedade, compreendendo não só a língua, mas também outros sistemas, como ritos religiosos, protocolos militares. Cabe aqui lembrar que “a língua é apenas o mais importante destes sistemas.” (BENVENISTE, 2006d, p. 49). É por essa noção de signo, o arbitrário do signo, que a linguística está ligada à semiologia.

Na primeira parte do artigo, fica claro que Benveniste prefere Saussure, pois a semiologia está alicerçada na linguística, e Émile Benveniste, conforme questionamento inicial, está na busca do caráter semiológico da língua (FLORES, 2013a). Vários sistemas são pertencentes à semiologia, porém todos supõem a língua.

Já a segunda parte, de forma mais específica, aborda o estatuto da língua diante de inúmeros sistemas de signos. Essa segunda parte inicia com a noção de signo e dá ênfase à propriedade de significar, característica comum dos sistemas de signos e critério de ligação com a semiologia.

Benveniste (2006d, p. 52), após expor esse aspecto comum, de significar, apresenta as características que um sistema semiológico possui: “modo operatório”, “domínio de validade”, natureza e o número de seus signos” e “tipo de funcionamento”. Cada uma dessas características apresenta certo número de variedade.

o MODO OPERATÓRIO é a maneira como o sistema age, notadamente o sentido (vista, ouvido, etc.) ao qual ele se dirige. O DOMÍNIO DE VALIDADE é aquele em que o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido. A NATUREZA e o NÚMERO DOS SIGNOS são função das condições referidas acima. O TIPO DE FUNCIONAMENTO é a relação de nível elementar, o sistema de sinais do tráfego rodoviário. (BENVENISTE, 2006d, p. 52).

Para exemplificar, é utilizado um sistema elementar que funciona na organização do tráfego rodoviário, o semáforo, sinalizador no trânsito, que se caracteriza pelo modo operatório visual, domínio de validade relacionado ao descolamento de veículos, natureza dos signos, cromática e apresenta o tipo de funcionamento baseado na alternância.

A partir dessas características, decorrem dois princípios: o primeiro, da NÃO-REDUNDÂNCIA, em que dois sistemas semióticos não podem ser reciprocamente conversíveis, “não há ‘sinonímia’ entre sistemas semióticos; não se pode ‘dizer a mesma coisa’ pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente.” (BENVENISTE, 2006d, p. 53, grifo do autor). Não possuímos dois sistemas diferentes que possuem a mesma relação de significação.

O segundo, da natureza NÃO TRANS-SISTEMÁTICA, em que dois sistemas diferentes possuem signos iguais, mas sem sentidos iguais. De acordo com Benveniste (2006d, p. 54), “o vermelho do sistema binário de sinalização rodoviária não tem nada em comum com o vermelho da bandeira tricolor, nem o branco desta bandeira com o branco do luto na China.” O signo é definido apenas no sistema do qual ele faz parte.

Além disso, duas exigências são necessárias: uma determinada pelo meio cultural; a outra se refere ao sistema ser interpretado por outro ou autointerpretar-se. Para Benveniste (2006d, p. 55), os “signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade.” É apenas ela que possui capacidade para interpretar todos os outros sistemas de signos existentes; assim, naturalmente, a própria língua é responsável por interpretar nossa sociedade.

Além desses dois princípios, existem três tipos de relações entre os sistemas semióticos. A primeira relação é a de *engendramento*, depois de *homologia*, por fim de *interpretância*. De acordo com Benveniste (2006d, p. 54), a relação de *engendramento* “vale entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica.” Um sistema é construído por outro sistema, por exemplo, o alfabeto normal engendra o alfabeto em Braille. A relação de *homologia* estabelece correlações entre sistemas diferentes atuando como unificador, como é o caso da linguagem verbal e não verbal utilizada nas capas de revistas, em que a junção entre esses dois sistemas constituem um todo, pelo seu sincretismo que os sentidos são construídos.

Por fim, a *interpretância* é considerada uma relação fundamental, haja vista que divide os sistemas entre o que se articulam, por possuir uma semiótica própria, e os que são articulados, por depender de outros sistemas para expressar sua semiótica. Por possuir uma dupla natureza,

“a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos” (BENVENISTE, 2006d, p. 62), podendo tudo interpretar até a si própria.

Conforme Benveniste (2006d), a *interpretância*, por estabelecer relações entre sistemas semióticos distintos, consubstancia os valores semióticos. Percebemos de forma frequente essa relação entre a linguagem verbo-visual utilizada pela mídia, ao passo que os sentidos são produzidos pelas correspondências estabelecidas. Nisso consiste o poder da língua, que sincretiza formas para obter sentidos; por meio da enunciação, instaura o discurso atualizado no tempo, responsável pela manifestação de uma experiência humana.

A consideração semiológica apresentada coloca a língua em lugar de destaque. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Podemos dizer, nesse caso, que é “a língua que contém a sociedade.” (BENVENISTE, 2006d, p. 63). A língua não é uma parte integrante da sociedade, ela possibilita a existência da sociedade.

A língua é o único modelo semiótico na sua estrutura e funcionamento. Para tanto, Benveniste (2006d, p. 63) apresenta quatro aspectos:

1º Ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de; 2º Ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo; 3º Ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade; 4º Ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva.

Sistema semiótico por excelência, a língua apresenta uma dupla significância. A “língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro” (BENVENISTE, 2006d, p. 64, grifo do autor), enquanto os outros sistemas de signos possuem ou semiótica (que deve ser reconhecida) ou somente semântica (que deve ser compreendida).

O caráter semiótico da língua designa a significação do signo linguístico como unidade, enquanto o semântico tem sua significação no discurso, na língua colocada em ação em um discurso situado no tempo e no espaço. Já os outros sistemas têm apenas uma significação unidimensional, ou semiótica, como é o caso dos gestos de cortesia, ou semântica, como as expressões artísticas.

Segundo Benveniste (2006d, p. 66), é disso que

provém seu poder maior, de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade

metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.

A língua, por possuir os dois modos de significação, pela sua faculdade metalinguística, é o único sistema capaz de interpretar qualquer outro e interpretar a si mesma. Esse texto de Benveniste destaca-se por utilizar uma concepção de língua em uso, de conceber a língua como a base mais profunda da sociedade e da nossa própria existência.

Sobre a peculiar capacidade da língua em interpretar todos os sistemas de signos e a si própria, auferindo um *status* de interpretante universal da sociedade e, por conseguinte, da própria existência humana, bem como as concepções teóricas apresentadas neste trabalho, passamos ao próximo capítulo destinado a apresentar os aspectos metodológicos, bem como o desenvolvimento das análises, numa perspectiva enunciativa, do *corpus* capa de revista.

4 ENUNCIÇÃO BENVENISTIANA: UMA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE

Este capítulo tem como objetivo formar o elo entre os aspectos teóricos e o *corpus*, apresentando a metodologia de análise e o desenvolvimento de uma proposta de análises de acordo com os objetivos propostos para este estudo. Primeiramente, faremos a descrição do *corpus* escolhido para a realização das análises, depois destacaremos os procedimentos metodológicos, bem como as categorias conceituais que serão abordadas durante as análises. Por fim, apresentaremos as análises alicerçadas nas reflexões teóricas desenvolvidas nesta pesquisa, discutindo-as de forma a trazer contribuições para estudos futuros de natureza semelhante ao que nos propomos a apresentar.

4.1 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Para compor o *corpus* de análise deste trabalho, pautados nos objetivos propostos na parte introdutória, escolhemos quatro capas da revista *Veja*, publicadas em datas próximas aos segundos turnos dos pleitos presidenciais brasileiros, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. As capas selecionadas para a realização das análises são: Capa 1 - Edição 1774 de 23 de outubro de 2002; Capa 2 - Edição 1979 de 25 de outubro de 2006; Capa 3 - Edição 2188 de 27 de outubro de 2010 e Capa 4 - Edição 2397 de 29 de outubro de 2014¹⁵. Essas capas foram publicadas dias antes das votações referentes aos segundos turnos das eleições presidenciais.

Pretendemos demonstrar, por meio de uma análise enunciativa dessas capas, o papel da língua entre os sistemas de signos, tomando principalmente o estudo de Émile Benveniste (1969), *Semiologia da língua*, publicado em Problemas de Linguística Geral, segunda parte, sob o título “A comunicação”. Nessas análises, entre os objetivos já destacados, queremos ainda descrever o protagonismo da mídia como formadora de opinião, a fim de que possamos provocar uma discussão das análises feitas, aportando no *terreno da língua*, para discutir as questões que permeiam o fato de a língua ser o sistema interpretante de todos os outros sistemas imbricados na construção de sentido(s) do/no nosso *corpus* de análise.

Assim, também será necessária uma análise das formas da língua empregadas nessas capas. Tomamos a língua, nesse momento, como o sistema capaz de interpretar outro sistema (por exemplo, as imagens constantes nas capas de revista em análise) e também a si próprio,

¹⁵ As quatro capas mencionadas estão presentes nos anexos desta dissertação, bem como podem ser visualizadas através do *site*: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>.

revelando seu caráter metalinguístico (as palavras, as formas empregadas nessas capas) e seu aspecto enunciativo em cada capa.

Cabe ainda destacar que a escolha das capas de revistas publicadas em períodos eleitorais presidenciais esteve alicerçada sob três quesitos. Em primeiro lugar, a capa de revista, por apresentar, normalmente, a linguagem verbo-visual para veicular matérias, possibilita a análise semiológica, que concebe a língua como única interpretante de todos os sistemas sógnicos.

Em segundo lugar, a escolha de quatro processos eleitorais para Presidente da República segue exclusivamente dois aspectos: primeiramente, a política é um componente que está presente nas mais variadas relações humanas que se estabelecem em determinada sociedade, tornando-se um aglomerado de ações imbuídas de poder, além de abranger experiências humanas, cultura, economia e social (RÉMOND, 1996), o que torna seu estudo essencial para podermos compreendê-la de forma crítica, imunes da dissimulação midiática e, dessa forma, construir possibilidades de desenvolver uma sociedade mais justa. Além disso, vislumbramos, no voto, para o Chefe de Estado, a principal manifestação político-democrática que podemos vivenciar, implicando os caminhos de progresso ou retrocesso de toda uma coletividade. Vislumbramos nesse universo – o das capas da revista – um “lugar” onde encontramos *um homem falando com outro homem*, mediados pelos diferentes signos que compõem o texto veiculado e comunicado na capa da revista. O que se diz? Como se diz? Que experiência(s) humana(s) se pode(m) construir? Em que tempo? Será no terreno da capa da revista que nos colocaremos para ver, pelo *terreno da língua*, os outros sistemas sógnicos sendo interpretados pela língua.

Por fim, entre tantas revistas, a escolha da revista *Veja* dá-se pela sua amplitude comercial, que, por ser a mais vendida do Brasil, alcança uma gama significativa de leitores. Além disso, a revista *Veja* possui, em nosso entendimento, a característica de posicionar-se de forma parcial, acusatória e julgadora ante os fatos, cogitando até mesmo estar a serviço da sociedade para consertar o Brasil, conforme sua missão¹⁶ institucional. Informamos ainda que a *Veja*, revista semanal publicada pela Editora Abril, foi criada por Roberto Civita e Mino Carta. A primeira edição é datada de 11 de setembro de 1968, em plena Ditadura Militar; desde então,

¹⁶ “Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.” Roberto Civita. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impresa>>.

é um forte veículo de comunicação, que apresenta uma heterogeneidade de temas de abrangência nacional e internacional.

Um aspecto importante para a análise, especialmente por fornecer elementos que justificam o posicionamento ideológico da Revista, diz respeito ao seu público assinante. A *Veja*, que possui um público de oito milhões e seiscentos e quinze mil leitores, apresenta em sua maioria um público feminino (52%), também a maioria dos leitores soma mais de cinquenta anos (28,6%) e pertencem às classes sociais A (22%) e B (49,2%). Além disso, os leitores (57%) afirmam que a revista os auxilia a formar uma opinião sobre um assunto¹⁷.

Após descrevermos o *corpus* e os motivos que nos levaram a escolhê-lo, passamos à próxima seção, que aborda os procedimentos metodológicos da análise.

4.2 PROCECIMENTOS METODOLÓGICOS

Toda pesquisa científica depende de um conjunto de procedimentos técnicos para se alcançar determinados objetivos. Para tanto, em nosso trabalho, realizamos uma pesquisa aplicada que, na concepção de Prodanov e Freitas (2013, p. 126), “procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.” Além disso, nossa pesquisa, quanto aos objetivos do estudo, é descritiva, pois, por meio de ações padronizadas, expomos as características (verbo-visuais) e descrevemos os fatos (matérias e assuntos) veiculados pela revista *Veja* durante os quatro processos eleitorais que formam o *corpus* deste trabalho.

Quanto ao procedimento técnico, este trabalho é bibliográfico. Conforme Prodanov e Freitas (2013), os trabalhos bibliográficos são assim caracterizados, pois o *corpus* de análise é formado por materiais já publicados, como são os casos das capas de revistas, escolhidas de forma qualitativa, em quatro períodos específicos nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Para analisar as capas, temos como base os textos benvenistianos apresentados no terceiro capítulo que trazem conceitos fundamentais para os estudos enunciativos da linguagem. Cada um dos quatro textos¹⁸ apresenta uma gama de reflexões e conceitos desenvolvidos e/ou ampliados por Benveniste que não abarcam apenas uma ciência, mas sim a nossa própria essência e de toda a sociedade.

¹⁷ Dados disponíveis em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja/plataformas/revista-impressa>>.

¹⁸ *Da subjetividade na linguagem* (1958), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969).

Primeiramente, cabe aqui salientar que a capa de revista, como gênero textual, apresenta algumas características peculiares. Ela possui um formato definido, é composta pela linguagem verbo-visual, remete a um assunto, possui objetivos específicos e dialoga com um leitor, com a pretensão de vender um produto ou uma ideia.

Sobre esses aspectos composicionais da capa de revista, *Da subjetividade na linguagem* (1958) possui grande relevância, pois esse texto, à medida que situa o sujeito na língua apresentando as noções de pessoa *eu* e *tu*, não pessoa *ele*, condicionadores da subjetividade e da intersubjetividade, explicita o discurso da revista quando toma a ação do discurso como locutor remetendo a um *tu* (consumidor/leitor), a respeito de determinado *ele* (assunto).

Nisso reside a concretização do ato de enunciar, o locutor apropriando-se da língua enuncia-se. “Quando o locutor, através de um ato individual de apropriação da língua, enuncia, ele implanta o outro diante de si, pois toda enunciação supõe alguém que fala para outro alguém.” (TOLDO, 2013, p. 4). A enunciação não é simplificada na fala; é a atualização da língua em discurso, sempre único e irrepetível.

Já o texto *A linguagem e a experiência humana* (1965) comporta noções fundamentais para a instauração da subjetividade quando apresenta a categoria de tempo, dividido por Benveniste em três, *físico*, *crônico* e *linguístico*. O *tempo físico* é o tempo dos fatos e das emoções não podendo ser medido; o *tempo crônico* está presente nas instituições sociais que instauram um cômputo, como o calendário. O *tempo da língua*, sempre presente e ligado ao exercício da fala, é sempre um tempo novo e reinventado pelo locutor que se apropria da língua, enunciando-se como sujeito remetendo a uma experiência humana. “A vivência da língua mobilizada no discurso constitui a experiência do homem na linguagem, uma vez que, desde suas primeiras manifestações vocais na infância, o homem vive, via discurso, a experiência da significação.” (TOLDO; DIEDRICH, 2015, p. 119). Por meio da linguagem construímos realidades e desenvolvemos inter-relações. Esses aspectos da linguagem nos fazem compreender a capa de revista, situada em determinado tempo cronológico, mas sempre se atualizando a cada nova instauração, a cada nova leitura.

Em *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), são apresentadas as noções gêmeas de forma, modo semiótico, que tem função de significar e sentido, modo semântico, que tem função de comunicar. Segundo Teixeira e Messa (2015, p. 99), “o semiótico abriga formas cujo significado é distintivo. O semântico é o lugar em que essas formas adquirem sentido singular, em função do ato de enunciação em que são proferidas.” É sobre esses aspectos que a forma

capa de revista, e tudo que lhe é peculiar, ganha sentido quando participa da instância discursiva.

Por fim, no texto *Semiologia da língua* (1969), são realizadas reflexões que questionam o lugar que a língua ocupa entre os sistemas de signos. No desenvolvimento do texto, percebemos que a língua, por possuir uma dupla natureza (semiótico/semântico), é possuidora da capacidade de interpretar qualquer sistema sógnico, bem como se autointerpretar. Tais conceitos favorecem a análise das imagens presentes nas capas que assumem sentido apenas quando interpretadas pelos elementos verbais.

Os estudos enunciativos desenvolvidos por Benveniste são singulares para a compreensão da língua como sistema, da linguagem como ação e da própria sociedade formada de culturas e valores. A Linguística da Enunciação contribui de forma mais concreta com a sociedade, quando a auxilia entender sua própria essência formadora.

Conforme Barthes (2004, p. 211, grifo do autor),

[...] é o momento em que a linguística cessa de deter uma liderança teatral e se torna verdadeiramente a “sociologia” universal: a ciência da sociedade que fala, que é a sociedade *precisamente porque fala*. Nesse nível, o trabalho de Benveniste é sempre crítico; desmistificador, ele se dedica incansavelmente a *derrubar* preconceitos eruditos e a aclarar com luz implacável (pois esse homem de ciência é rigoroso) o fundo social da linguagem.

Mais que desenvolver conceitos teóricos a respeito da linguagem, Benveniste contribui para que nos reconheçamos, pois nossa condição de existência, nossa própria natureza é a faculdade da linguagem. Mais que uma linguística, Benveniste parece desenvolver uma filosofia que é fugidia do campo teórico e que comprova de forma prática que a linguagem, antes de qualquer coisa, *serve para viver*.

Ademais, a linguagem está na própria natureza humana, nunca atingimos o homem dissociado dela. Assim, o homem que está na linguagem e por ela instaura sua subjetividade na inter-relação com o outro interpreta os fatos da língua, de tal forma que a “objetividade” da mídia é utópica, pois nunca atingimos o homem reduzido a si, separado da língua.

De acordo com Benveniste (2005c, p. 27), “a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com o aprendizado da linguagem que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade.” É *na e pela* língua que o indivíduo e a sociedade se determinam de forma mútua.

Enfim, buscando alcançar os objetivos previstos neste trabalho, as quatro capas, já mencionadas em seções anteriores, são contextualizadas, por meio da datação e cenário

eleitoral. Em seguida, descrevemos os elementos visuais¹⁹ que as formam, para então descrevermos os elementos verbais, observando as formas da língua em emprego e os signos não linguísticos, atentando para o que a língua tem a dizer sobre eles. Apropriando-se dos fundamentos teóricos, bem como dos elementos sígnicos que compõem a capa, analisamos a cena enunciativa composta pelas categorias de pessoa, tempo e espaço.

4.3 ANÁLISES

Apresentamos a partir de agora quatro análises, que se pretendem enunciativas, tomando por base os signos (linguísticos e não linguísticos) que organizam o texto das capas da revista *Veja*, publicadas durante as eleições presidenciais brasileiras nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.

4.3.1 Análise 1

Esta capa (edição 1774, ano 35, n. 42) foi publicada em 23 de outubro de 2002, quatro dias antes da votação referente ao segundo turno da eleição presidencial. O segundo turno foi marcado pela disputa entre o candidato petista Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, e o candidato tucano José Serra. Lula havia conseguido uma grande vantagem já no primeiro turno²⁰ e entrava para a disputa como favorito para o Segundo Turno.

¹⁹ Destacamos que não usaremos uma teoria específica para descrever os elementos visuais, pois compreendemos que apenas os elementos verbais permitem o entendimento satisfatório da mensagem.

²⁰ No primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, o candidato Luís Inácio “Lula” da Silva (PT) havia alcançado 46,479% (39.443.765) dos votos válidos, enquanto que o candidato José Serra (PSDB) havia conseguido 23,196% (19.700.395) dos votos válidos. Informações disponíveis em: <http://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes2002_resultados.htm>.

Figura 1 – Segundo Turno (27/10/2016)



Fonte: Revista Veja (edição 1774, ano 35, n. 42).

Diante do cenário que tinha como tendência uma vitória ainda mais ampla do candidato petista, a revista *Veja* publica alguns dias antes da votação para o Segundo Turno uma capa verbo-visual que alude a fatos históricos, culturais e mitológicos, com o objetivo de apresentar ao leitor/eleitor uma imagem do partido e do candidato que, pela significativa vantagem de votos, estava próximo de sagrar-se vencedor.

Durante o processo eleitoral de 2002, a revista *Veja* apresenta matérias que tentam, de alguma forma, fomentar uma concepção negativa em relação ao candidato petista “Lula”. Lembramos que a capa de revista é um gênero situado na esfera jornalística, que objetiva apresentar fatos, informações e que possui, de acordo com Bakhtin (1997), conteúdo temático, estilo e construção composicional.

A capa de revista funciona como uma carta de apresentação²¹, sendo uma das principais propagandas veiculadas pela mídia para cativar e orientar o leitor. Essa capa publicada durante o segundo turno de 2002 possui como conteúdo temático a tentativa de apresentar uma imagem temerosa do Partido dos Trabalhadores, representado por “Lula” e seus aliados. Para tanto,

²¹ Conforme Travassos (2010), a capa funciona como um cartão de visitas, uma verdadeira carta de apresentação dos assuntos que serão tratados. Neste caso específico, a revista *Veja* apresenta-se por meio da capa, convidando e conduzindo o leitor/eleitor a ter um posicionamento e um comportamento prévio ante os fatos que serão veiculados.

utiliza-se do estilo verbo-visual organizando o texto por meio de imagens fortes e frases de impacto²² que salientam uma ideia negativa do Partido dos Trabalhadores.

Para tanto, iniciamos atentando para os elementos não verbais presentes. Percebemos uma capa multicolorida, tendo como fundo a cor azul, o logotipo da revista em um tom alaranjado, a imagem principal em vermelho, e as escritas em branco e amarelo. Salientamos que nosso objetivo não é analisar os aspectos cromáticos da capa, portanto não utilizamos uma teoria específica quando fizermos menção às cores utilizadas, mas não podemos deixar de reconhecer que as cores escolhidas para compor a capa criam um conjunto de efeitos.

A imagem que está em destaque apresenta uma espécie de animal de cor vermelha²³, com feições caninas, três cabeças, cauda triangular, lembrando um dragão, garras afiadas, em posição de ataque e transparecendo ser extremamente feroz, rangendo os dentes e até mesmo espumando, característica principal de um animal contaminado pelo vírus da raiva.

As características do animal sinalizam a inferência que a *Veja* faz remissão ao mitológico *Cão de Hades*. Esse suposto cão de três cabeças, cauda de dragão, denominado Cérbero, era para a mitologia grega um guardião vigilante e feroz da entrada do reino subterrâneo dos mortos, não deixando nenhuma alma sair e não permitindo que nenhum mortal pudesse entrar. Esse reino subterrâneo era conhecido como *Hades*, mesmo nome do deus do mundo subterrâneo²⁴.

Porém, esse animal não possui três cabeças caninas, como na mitologia, e sim três cabeças humanas que, pelas caricaturas e mais facilmente identificadas pelas plaquetas, pertencem a Karl Heinrich Marx, Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lênin, e Lev Davídovich Bronstein, mais conhecido como Leon Trotsky.

Karl Marx foi um intelectual, filósofo e revolucionário alemão idealizador do comunismo, deixou inúmeros seguidores, dentre eles Lênin, que utilizou as ideias marxistas para sustentar o comunismo na União Soviética. Lênin foi um dos líderes da revolução

²² Tanto o entendimento de imagem quanto frase forte, chamativa, de impacto são muito singulares. A imagem ou frase podem ser chocantes para um grupo de pessoas e para outro não. Dessa forma, partindo da natureza subjetiva inerente ao ser humano, das vivências, experiências e culturas de cada singularidade, classificamos a imagem mitológica grega do mundo subterrâneo, referência para a nossa concepção contemporânea de inferno, bem como frases acusatórias e depreciativas como algo impactante e forte.

²³ Vermelho, conforme Guimarães (2000, p. 113), “é a cor por excelência, a cor arquetípica, a primeira de todas as cores. [...] O vermelho é o mais fortemente conotado de todos os termos de cor, mais ainda do que preto ou branco”, a cor do amor e da guerra, intimamente ligado aos processos revolucionários. A revista encontra na cor vermelha a marca da revolução russa, da revolução socialista de outubro de 1917 e a cor do próprio Partido dos Trabalhadores.

²⁴ Os dados referentes à mitologia grega, especificamente o deus do mundo subterrâneo, Hades, está disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/481440/Hades>>. O Cão de Hades, Cérbero, está disponível em: <<http://brasil.planetasaber.com/search/results.asp?txt=C%C3%A9rbero>>.

bolchevique, que fez com que chegasse ao poder em 1917. Já Trotsky foi um intelectual marxista, um dos principais líderes da Revolução de Outubro de 1917, que derrubou a monarquia (czarismo) na Rússia. Também foi o criador do Exército Vermelho²⁵.

Ainda em relação aos signos visuais, o animal, que tem em sua coleira uma estrela vermelha (símbolo do Partido dos Trabalhadores), está em uma posição de ataque, querendo se libertar da corda que o prende, ele possui garras afiadas e as cabeças estão com expressões raivosas e apavorantes. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores foi animalizado na figura de um ser selvagem e feroz que está prestes a atacar caso vença as eleições, e esse ataque pode figurar inúmeros pontos, como o ataque à constituição, democracia, ao sistema capitalista, aos abastados, entre outros.

Partindo agora aos signos linguísticos, temos presentes na capa os seguintes enunciados: “O que querem os radicais do PT”, em caixa alta, letras garrafais brancas para ficar mais visível. Em uma posição inferior, escrito em amarelo, “Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias”; “Ficaram silenciosos durante a campanha”; “Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga”. No canto superior, à direita, pela perspectiva da revista, há uma faixa vermelha com inscrições em amarelo e branco: “Brasil, O risco de um calote na dívida”.

No que diz respeito às formas verbais (palavras), constatamos que os registros na capa são marcados por expressões de impacto, palavras fortes que possuem um sentido negativo cristalizado, até mesmo causadores de certa desconfiança e pavor, tais como: “radicais”, “revolucionárias”, “calote”. Não é aleatoriamente que a *Veja* utiliza essas expressões, ela possui uma intenção clara de marcar, de chamar a atenção do leitor.

Conforme Benveniste (2006d), a língua possui uma dupla natureza (semiótico/semântico), e nessa faculdade metalinguística encontramos a relação de interpretância com os outros sistemas e consigo própria. Por meio dessa faculdade, podemos compreender o sentido e o impacto causado no leitor, pelo uso dos registros verbais utilizados na capa. A metalinguística permite a autointerpretação da língua.

A palavra “radicais”, conforme um dos sentidos dicionarizados, refere-se a pessoas partidárias ou adeptas do radicalismo, que, por sua vez, compreende um sistema político que pugna pelas reformas profundas na organização sociopolítica, sem transição, de forma intransigente. Já a palavra “revolucionários” diz respeito aos que provocam ou tomam parte de uma revolução, que é a ação de solucionar determinadas questões por meio de mudanças violentas, revoltas, uso da força, destituição de governos e desrespeito às leis constitucionais

²⁵ Os dados históricos mencionados tiveram como base o site: <<http://escola.britannica.com.br/>>.

vigentes. Por fim, “calote”, normalmente, é associado a uma dívida, um compromisso que se contraiu, mas com a intenção de não pagar, de não honrar.

Segundo Benveniste (2006b), o sentido de uma palavra está no seu emprego, ou seja, na situação discursiva que ela foi utilizada. As formas adotadas adquirem um sentido particular quando a língua é posta em ação. Quando a revista *Veja* escolhe e sintagmatiza os signos “radicais”, “revolucionárias” e “calotes”, ela deseja comunicar.

É na relação de interpretância que entendemos o sentido semiótico, ou seja, o significado dos signos utilizados, mas é no uso discursivo da língua que a informação ganha sentido e é transmitida, comunicando, informando, impondo, “organizando toda a vida dos homens.” (BENVENISTE, 2006b, p. 229). A *Veja*, por meio dos enunciados presentes na capa, tenta aglutinar as expressões comumente negativas e o PT. Assim, a aversão ao radicalismo ideológico, a violência revolucionária, a desonestidade do caloteiro tornam-se aversão do próprio PT e seus representantes.

Além desses registros verbais, a revista traz em suas matérias várias passagens que possuem relação com a capa, entre as principais está: “Vai ser preciso segurar. Marxistas, leninistas, trotskistas que compõem o coração radical do PT se preparam para cobrar a fatura caso Lula seja eleito.”

Também, entre as seções temos matérias como “Governo FHC ganha prêmio internacional”. FHC (Fernando Henrique Cardoso) era o presidente naquele momento, e seu candidato à sucessão, José Serra do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) era o candidato adversário a “Lula”. Essa edição possui várias matérias que transmitem um posicionamento valorativo em relação ao momento eleitoral e ao candidato petista.

A revista *Veja* usa os dois sistemas visual e verbal de forma simultânea. É a dupla natureza da língua, forma (semiótico) e sentido (semântico) que se apresenta. Enquanto o semiótico organiza a língua, o semântico alicerçado no semiótico constrói a comunicação, é na utilização concreta do semiótico que o sentido se instaura.

É nesse aspecto que salientamos a importância da língua em relação aos demais sistemas sógnicos. É a dupla natureza da língua, semiótico/semântico, que permite a nossa interpretação e, por conseguinte, o estabelecimento do sentido da imagem presente na capa. Apenas os elementos verbais que compõem a capa permitem o nosso entendimento completo da mensagem.

Pelo princípio da não redundância entre sistemas de bases diferentes, como o verbal e o visual, recorreremos às relações de homologia e interpretância. A junção entre o verbal e o visual constitui um todo na capa, é a união dos sistemas que unifica o sentido e comunica ao leitor.

Todavia, a linguagem visual é interpretada pelo verbal, assumindo o sentido desejado pelas correspondências estabelecidas. Podemos dizer que a língua consegue “definir” o sentido que os sistemas sígnicos presentes na capa pretendem construir. Eis a hegemonia do sistema linguístico sobre todos os outros sistemas que formam a sociedade.

É o poder de interpretância da língua, como única possuidora de uma semiótica e de uma semântica, podendo tudo interpretar. A língua sincretiza as formas para se obter sentidos, por meio do ato enunciativo, que é atualizado a cada nova instauração da língua em discurso no tempo presente.

Até o presente momento, apresentamos os elementos visuais, passamos aos elementos verbais e adentramos o domínio metalinguístico da língua. Com esses elementos, conseguimos visualizar o poder do sistema verbal em delimitar, sincretizar e interpretar o sistema visual para compreender a mensagem, o sentido que a revista desejava transmitir.

Quando falamos em “sentido”, construído na junção entre os sistemas verbais e visuais, remetemos à “referência”. Por meio do conhecimento construído ao longo do tempo, conseguimos inferir que a imagem presente na capa alude à mitologia grega (Cão de Hades), bem como à revolução russa (Marx, Trotsky e Lênin).

Porém, essa referência externa à capa ganha um novo sentido quando utilizada no contexto eleitoral. Conforme Benveniste (2006d), “falar” é sempre “falar de”. Dessa forma, na situação discursiva da capa, no ato de enunciar frente ao leitor/eleitor uma nova ideia é construída.

Podemos sugerir que a revista *Veja* apresenta algumas intenções: primeiramente, ocorre uma metamorfose do Partido dos Trabalhadores (candidato Lula), que assume o corpo de um cão que protege, conforme a mitologia grega, a entrada do reino subterrâneo. Tanto o animal quanto a alusão ao mundo subterrâneo (inferno) têm como intenção demonizar o partido e o candidato, causando pavor e aversão do leitor/eleitor.

Além disso, a menção aos protagonistas da Revolução Russa, Lênin e Trotsky, além do pensador que influenciou o movimento revolucionário, Karl Marx, é uma tentativa de transmitir as características revolucionárias ao Partido dos Trabalhadores. Por fim, as formas verbais “radicais” e “revolucionárias” confirmam a tentativa da revista em comparar a revolução russa com a eleição petista.

A referência construída, nova e irrepitível, é sempre um evento relacionado à situação discursiva. É na enunciação que o semântico é construído, é quando a revista *Veja* assume a figura de sujeito na alocução remetendo ao leitor dentro da situação discursiva (eleição presidencial) que o sentido é construído. O tempo presente da enunciação é que nos garante fazer essa afirmação.

A revista *Veja* instaura-se e se enuncia como sujeito nessa capa. Os patrocinadores, diretores, editores, jornalistas, entre outros representados na figura da revista *Veja*, mais especificamente sua capa, instauram no discurso em relação ao leitor sua subjetividade. Para Benveniste (2005b), o homem constitui-se como sujeito na linguagem e, por meio dela, a capa quando enuncia assume a função enunciativa de *eu*, em relação ao leitor/eleitor que nessa alocução assume a função de *tu*. Nessa inter-relação, a capa da revista *Veja* enuncia ao seu leitor que o Partido dos Trabalhadores, na figura de “Lula”, é uma ameaça à democracia e à própria segurança das pessoas e do país. Ou seja, o enunciado da *Veja* (*eu*) direcionado para o leitor/eleitor (*tu*) alerta para que tenhamos cuidado no momento de votarmos, pois podemos eleger um partido político (não pessoa, *ele*) extremamente perigoso.

Outro aspecto importante diz respeito ao tempo. De acordo com Benveniste (2006a), nenhuma forma linguística que revela a subjetividade é tão rica quanto as que exprimem o tempo. Em seu texto, *A linguagem e a experiência humana* (1965), ele apresenta noções fundamentais à instauração da subjetividade, quando apresenta a categoria de tempo, dividido em três: *físico*, *crônico* e *linguístico*. O *tempo físico* é o tempo dos fatos e emoções, não podendo ser medido; o *crônico*, presente nas instituições sociais, é responsável por instaurar o cômputo, é o tempo efêmero dos fatos. Por outro lado, temos o *tempo da língua*, sempre presente, ligado ao exercício da fala, é um tempo novo e reinventado pelo locutor que se apropria da língua, enunciando-se como sujeito remetendo a uma experiência humana.

Essa capa possui em relação ao tempo cronológico a data de 23 de outubro de 2002. Além disso, ela alude a personagens históricos inseridos na Revolução Russa de 1917, bem como fatos mitológicos, de um possível passado remoto. A capa apresentada tornou-se cronologicamente passado, já no momento de sua publicação. Conforme, Toldo e Valério (2016, p. 31), “algo que foi produzido em um presente que, em seguida se tornou passado, mas que retorna, através da linguagem, ao presente da leitura de cada um.” Isso porque o enunciado constante na capa se atualiza em tempo presente a cada leitura, tornando-se novo e irrepitível. Destacamos que o repetível é a própria língua, que por seu aspecto social e coletivo se repete; o irrepitível está na sua possibilidade de ser sempre nova, sempre possível de trazer algo novo,

um sentido outro, outra possibilidade. A irrepetibilidade está no ato de dizer, ou seja, na sua enunciação que se materializa no presente da fala. Como diz Benveniste (2005b, p. 75), “este presente é reinventado a cada vez que um homem fala, porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido.” É a repetibilidade da língua que me possibilita o irrepetível do sentido que se pode produzir a cada “nova” leitura que se faz das capas da revista em análise.

De acordo com Toldo e Valério (2016, p. 32), “a realização de uma experiência humana que se instaura cada vez que alguém enuncia” se atualiza no tempo. A mídia, na figura da revista *Veja*, por meio de sua capa, atualiza fatos temerosos da história, relacionando ao Partido dos Trabalhadores, cada vez que o leitor tiver acesso ao texto, criando, constantemente, uma imagem negativa, sempre nova e atualizada.

Além do aspecto temporal relacionado à data de publicação da revista, há dois enunciados presentes na capa: “Ficaram silenciosos durante a campanha” e “Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga”, que demonstram a intenção de criar um ambiente de desconfiança entre os possíveis eleitores do PT. Utilizando a faculdade metalinguística nas palavras “ficaram”, pretérito do verbo “ficar”, e “vão”, presente do verbo “ir”, visualizamos a utilização do tempo como revelador da subjetividade.

Quando a *Veja* usa os verbos, respectivamente, no tempo cronológico passado e presente, ela apresenta o modo de comportamento dos petistas, antes do pleito e no momento presente às eleições. O tempo crônico utilizado serve para fomentar mais uma ideia negativa no leitor, um constante juízo de incredulidade atualizado a cada nova leitura.

São esses aspectos que a mídia utiliza para informar, e, muitas vezes, formar a opinião dos leitores. É o agendamento dos fatos, transmitidos cotidianamente, atualizados a cada nova leitura, que o posicionamento valorativo frente a determinado tema vai se formando. Eis o poder midiático utilizando a língua, atualizada a cada nova enunciação, para fazer reviver fatos e personagens de um passado distante, conservando as dúvidas, angústias e temores.

Assim, a revista *Veja*, envolta em concepções ideológicas, ancorada em determinado meio, enuncia-se diante do leitor, assumindo uma natureza subjetiva e instaurando uma experiência humana. A objetividade midiática é falaciosa, pois não conseguimos separar o homem da linguagem, é ela que forma a sociedade, *a língua engloba a sociedade de todos os lados*.

Por fim, a análise dos elementos que formam a capa apresenta uma tentativa de criar uma imagem negativa em torno do Partido dos Trabalhadores, maculando sua imagem, por meio de afirmações e relações a outros momentos históricos. A capa objetivava impedir que os

eleitores votassem nesse partido que representa(va), na sua visão, o caos e o terror para a população.

Dessa forma, o enunciado, constantemente atualizado por novas leituras, mantém vivo o estereótipo de aversão ao Partido dos Trabalhadores. Assim, conforme Mangialavori (2013), a mídia pela sua legitimidade influencia a opinião pública, agendando, em sua programação corriqueira, matérias que, nesse caso específico, desprestigiam o candidato que não era de sua predileção.

É por meio das concepções benvenistianas de língua, principalmente quanto ao seu lugar de destaque frente à totalidade de sistemas de signos, que conseguimos interpretar de forma satisfatória os elementos que compõem a capa, bem como perceber a utilização de tais elementos no processo enunciativo da *Veja* para com o leitor/eleitor, com o claro intuito de formar uma ideia, e não apenas informar um fato.

4.3.2 Análise 2

Esta capa (edição 1979, ano 39, n. 42) foi publicada na data de 25 de outubro de 2006, quatro dias antes da votação referente ao segundo turno da eleição presidencial. O segundo turno foi marcado pela disputa entre o candidato petista Lula, que buscava a reeleição e o candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) Geraldo Alckmin. Os candidatos polarizaram a disputa acirrada no primeiro turno²⁶, fazendo com que ambos disputassem o segundo turno.

²⁶ No primeiro turno das eleições presidenciais de 2006, o candidato Luís Inácio “Lula” da Silva (PT) havia alcançado 48,61% (46.661.622) dos votos válidos, enquanto que o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) havia conseguido 41,64% (39.968.037) dos votos válidos. Informações disponíveis em: <<http://www.portalbrasil.net/2006/eleicoes/eleicoes.htm>>.

Figura 2 – Segundo Turno (29/10/2006)



Fonte: Revista Veja (edição 1979, ano 39, n. 42).

O cenário eleitoral demonstrava, no segundo turno, uma tendência de vitória do candidato petista. Nesse contexto, a revista *Veja*, que há quatro anos, nas eleições presidenciais de 2002, tentou construir uma imagem de incredulidade e temor em relação ao PT, lança mão em 2006 de uma capa com tom acusatório, apresentando possíveis desvios éticos do candidato à reeleição Luís Inácio “Lula” da Silva.

A *Veja* apresenta em sua capa, dias antes da votação referente ao segundo turno das eleições presidenciais de 2006, uma capa verbo-visual com um suposto benefício concedido por Lula ao seu filho, Fábio Luís Lula da Silva, comumente chamado de Lulinha. A capa de revista, como já explicitado neste trabalho, é um gênero textual que possui como característica elementar a apresentação de fatos, ou seja, pertencente à esfera jornalística, ela funciona como uma carta de apresentação dos assuntos que serão tratados.

Além da apresentação dos assuntos, a capa orienta, de forma prévia, o comportamento do leitor. Essa capa publicada dias antes do pleito possui como tema a tentativa de apresentar uma imagem de desprestígio e desconfiança em relação ao candidato Lula, que, por ser presidente, poderia ter beneficiado seu filho em questões profissionais. Para tanto, utiliza-se do estilo verbo-visual, organizando o texto com imagens e afirmações que suscitam a desconfiança.

Alguns dias antes da votação, a *Veja* apresenta uma matéria denunciando um possível enriquecimento ilícito de Luís Fábio, que contou com intermédio do seu pai, o presidente Lula.

Conforme a matéria publicada, Luís Fábio, formado em biologia, trabalhava em um zoológico ganhando o salário de seiscentos reais; porém, após seu pai ingressar como Presidente da República no ano de 2003, tornou-se um empresário de sucesso.

Aos 31 anos de idade, “Lulinha”, um dos sócios da empresa de jogos eletrônicos Gamecorp, com um capital social de 100.000,00 reais, teria vendido parte de suas ações para a empresa de telecomunicações Telemar pelo valor de 5.2 milhões de reais. Como a Telemar possui capital público e é uma das concessionárias públicas do governo federal, o caso ganhou repercussão.

A *Veja* apresenta o assunto como uma denúncia, suscitando a dúvida quanto à licitude do sucesso de “Lulinha”. Antes mesmo de órgãos competentes investigarem, a revista *Veja* apresenta inúmeras ligações de “Lulinha” com lobistas, grandes empresários, funcionários do alto escalão do governo federal, tudo “mediado” pela influência do presidente Lula, candidato à reeleição.

Entre os sistemas que compõem a capa, iniciamos com a apresentação do sistema não verbal. Os elementos visuais apresentam o candidato à reeleição (Lula) e seu filho (Fábio Luís). “Lulinha”, como é conhecido, está em primeiro plano, em uma imagem fotográfica colorida; já Lula está em segundo plano, em uma imagem fotográfica escurecida, como se fosse uma sombra. As “fotografias” dos rostos de Lula e o filho parecem se entreolharem, com feições de preocupação, por um lado o olhar de “Lulinha” parece pedir ou esperar algo, enquanto que o olhar de Lula parece vigilante com o filho, planejando algo.

Podemos inferir que a imagem escurecida (na obscuridade) de Lula, colocada atrás do seu filho, apresenta o presidente como uma pessoa apreensiva, que está planejando algo. Enquanto “Lulinha” parece nervoso, na expectativa de conseguir algo, que não podemos precisar.

A imagem de Lula está em preto²⁷ e branco; além disso, o logotipo da revista está sobre sua cabeça, na cor vermelha. A escolha da cor escurecida não é aleatória, o preto, cor do desconhecido, tem relação com a acusação que a revista *Veja* faz contra Lula, que de maneira obscura, conforme a *Veja*, teria beneficiado Fábio Luís. Além disso, a utilização da cor vermelha é para ressaltar a cor símbolo do PT e influenciar o leitor/eleitor para que faça ligação entre o desconhecido²⁸ e o partido em disputa nas eleições, visando desqualificá-lo.

²⁷ De acordo com Guimarães (2000, p. 91), “o preto, além de ser a cor da morte e das trevas, é a cor do desconhecido e do que provoca medo.”

²⁸ Em nossa acepção, o desconhecido faz alusão ao enriquecimento repentino de Fábio Luís e a influência de Lula, como presidente da República, junto à empresa Telemar.

Após expor os elementos visuais, passamos às formas verbais. A capa apresenta os seguintes enunciados: “O ‘Ronaldinho’ de Lula”, escrito em caixa alta, com letras em amarelo dando destaque. Abaixo desse enunciado, temos escrito em letras brancas: “O presidente comparou o filho empresário com o craque de futebol. Mas os dons fenomenais de Fábio Luís, o Lulinha, só apareceram depois que o pai chegou ao Planalto.”

Além dos enunciados presentes na capa, há uma matéria especial na revista que retoma o assunto, comprovando a função de apresentação da capa, bem como seu poder de nos posicionar previamente aos fatos. A matéria está sob o título: “Porque todo mundo não pode ser o Ronaldinho. Eis a explicação do presidente Lula para o tremendo sucesso de seu filho Fábio Luís, que coincide com o mandato presidencial do pai.”

A análise das formas verbais utilizadas pode ser realizada pela faculdade metalinguística da língua. De acordo com Benveniste (2006d), a língua é o único sistema que possui tanto o modo semiótico quanto o modo semântico, o que a torna diferenciada entre os sistemas sógnicos que formam a sociedade.

Por meio dessa faculdade metalinguística e pela relação de interpretância inerente à dupla natureza do sistema linguístico, iniciamos destacando o enunciado: “O ‘Ronaldinho’ de Lula”. Primeiramente, o termo Ronaldinho faz remissão ao jogador de futebol Ronaldo Luís Nazário de Lima, extraordinário jogador brasileiro, atleta de inúmeros clubes nacionais e estrangeiros, campeão mundial pela seleção brasileira, escolhido três vezes como melhor jogador do mundo, o que lhe rendeu a alcunha de Fenômeno.

Já a expressão “de Lula” foi utilizada, pois o candidato petista afirmou, após questionamentos do sucesso empresarial de Fábio Luís, o porquê que todo brasileiro não pode ser o Ronaldinho. Nesse sentido, o “Ronaldinho” de Lula não é o jogador, mas sim o filho empresário, porém essa relação fica mais explícita no próximo enunciado que será apresentado.

No enunciado: “O presidente comparou o filho empresário com o craque de futebol. Mas os dons fenomenais de Fábio Luís, o Lulinha, só apareceram depois que o pai chegou ao Planalto”. Como apresentado no início da análise, Fábio Luís passou, em pouco tempo, de um salário modesto a um patrimônio opulento de forma fenomenal.

Nesse último enunciado, o termo “dons fenomenais” relaciona o cognome do atleta Ronaldo, o Fenômeno do futebol, com Fábio Luís, o Fenômeno dos empreendimentos. Assim, quando a revista utiliza “Ronaldinho de Lula”, ela transfere de maneira irônica os dons fenomenais do esportista brasileiro ao filho de Lula.

Para veicular a notícia, construir e instaurar o sentido, a revista *Veja* utiliza os dois sistemas: visual e verbal. As formas (semiótico) organizam a língua, enquanto o sentido (semântico), alicerçado nas formas, constrói a comunicação. A junção entre os sistemas verbal e não verbal constrói a mensagem que a revista deseja transmitir.

No entanto, é apenas o sistema verbal que interpreta e define o sentido do visual. É pelo poder de interpretância da língua, pelo sincretismo das formas no ato enunciativo que conseguimos entender o sentido que a *Veja* tentou construir com a utilização da imagem (Lula e Fábio Luís) e das formas verbais (enunciados).

Por meio da explanação dos elementos visuais, das formas verbais, da faculdade metalinguística, das relações de interpretância e homologia que sincretizam o verbo-visual, conseguimos construir o sentido presente na capa. Cabe destacar que o sentido que a revista tenta construir passa pelo uso da forma verbal “Fenômeno”.

Com base na referência externa ao contexto da capa, conseguimos identificar que Ronaldinho Fenômeno foi um extraordinário e famoso jogador de futebol; dotado de dons fenomenais, encantou os gramados pelo mundo com seu futebol espetacular. Porém, quando esse referente externo é utilizado pela *Veja* no contexto eleitoral, o sentido construído é outro.

O “Ronaldinho de Lula”, que poderia ser modificado para o “Fenômeno de Lula”, produz o efeito de transmitir a extrema habilidade do jogador Ronaldo para Luís Fábio, que apenas sendo detentor de dons fenomenais poderia ter em pouco tempo construído uma fortuna de 5.2 milhões de reais, recebendo um salário de seiscentos reais.

A revista *Veja*, com um posicionamento acusatório e julgador, instaura-se e se enuncia como sujeito nessa capa. De acordo com Benveniste (2005b), o homem constitui-se como sujeito *na* e *pela* linguagem, quando mobilizamos a língua na inter-relação com o outro é que nos tornamos sujeito pertencente a um tempo e espaço.

A capa da *Veja* enuncia ao leitor/eleitor que Lula, candidato à reeleição, é uma pessoa corrupta, que utilizou sua influência de presidente da República, para beneficiar o filho Fábio Luís e, por conseguinte, beneficiou a si mesmo. A capa traz ao eleitor alguns dias antes da votação a faculdade da dúvida quanto ao caráter e probidade moral do candidato Lula.

Os patrocinadores, os diretores, editores, jornalistas, a revista *Veja*, por meio de sua capa, assume a função de *eu*, direcionando o enunciado para o leitor/eleitor que nessa alocação assume a função de *tu*, chamando a atenção para a corrupção e imoralidade que envolvem o candidato Lula, seu partido, seu governo (não pessoa, *ele*). A objetividade presente no texto, enquanto um todo organizado de sentido(s) – o qual reúne linguagem verbal e não verbal –, é

marcada pela presença da não pessoa. Segundo Benveniste (2005b), a subjetividade é marcada pelo *eu*; a pessoa não subjetiva pelo *tu* e a objetividade pela não pessoa *ele*. Nesse caso, de quem se fala pela revista: Lula, PT.

A instauração desse discurso ocorre no tempo presente ao ato enunciativo. Como explicitado nas seções anteriores, Benveniste (2006a) apresenta o conceito de tempo dividido entre *físico*, *crônico* e da *língua*. A *Veja* possui como *tempo crônico* a data de sua publicação, 25 de outubro de 2006. Além disso, ela utiliza o possível enriquecimento ilícito de Lulinha, que ocorreu entre 2003 e 2005.

Porém, o *tempo da língua*, sempre ligado ao exercício da fala, atualiza o discurso da revista, produzindo de forma constante, a cada nova leitura, o sentido negativo em torno do candidato à reeleição. Dessa forma, no momento em que o leitor/eleitor tem contato com essa publicação, as informações tornam-se novas e únicas, pertencendo ao tempo presente.

A mídia influencia toda a coletividade por meio de suas constantes e massivas informações. Ela detém papel fundamental no alicerce democrático; todavia, quando, direcionada por interesses difusos do bem comum, contribui para desconstruir a legitimidade de agentes políticos e partidos, causando descrédito generalizado, negativo ao processo político-democrático.

Os fundamentos teóricos desenvolvidos por Benveniste são essenciais para que possamos interpretar e compreender os sentidos que a revista, por meio dos seus registros verbo-visuais, constrói. Os conceitos de tempo, e principalmente os de homologia e interpretância, possibilitam um entendimento mais aprofundado da intencionalidade da *Veja* quando publica suas matérias.

4.3.3 Análise 3

Esta capa (edição 2188, ano 43, n. 43) foi publicada na data de 27 de outubro de 2010, quatro dias antes da votação referente ao segundo turno da eleição presidencial. O segundo turno foi marcado pela disputa entre a sucessora de Lula, Dilma Rousseff, buscando alcançar o feito de ser a primeira mulher a assumir a presidência no Brasil, e o candidato que havia sido derrotado em 2002 do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) José Serra. O primeiro turno foi marcado por uma vantagem considerável da candidata petista²⁹.

²⁹ No primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, a candidata petista, sucessora de Lula, Dilma Vana Rousseff (PT), havia alcançado 46,91% (47.651.434) dos votos válidos, enquanto o candidato José Serra (PSDB) havia conseguido 32,61% (33.123.283) dos votos válidos. Informações disponíveis em: <<http://www.portalbrasil.net/2010/eleicoes/eleicoes.htm>>.

Figura 3 – Segundo Turno (31/10/2010)



Fonte: Revista Veja (edição 2188, ano 43, n. 43).

Assim como nas eleições anteriores (2002 e 2006), o cenário eleitoral era favorável ao Partido dos Trabalhadores que havia conseguido uma vantagem considerável ainda no primeiro turno. A eleição presidencial de 2010 tinha como peculiaridade a presença de uma mulher com reais chances de sagrar-se vencedora, Dilma Vana Rousseff, até então Ministra-Chefe da Casa Civil do governo petista, entrava na disputa eleitoral como sucessora do presidente Lula.

A revista *Veja*, como se repetisse a estratégia usada nos pleitos presidenciais de 2002 e 2006, lança mão de uma capa verbo-visual que apresenta uma suspeita quanto ao comportamento ético da candidata Dilma Rousseff. A *Veja* utiliza em sua capa um excerto de uma possível conversa de Pedro Abramovay³⁰, que cita Dilma em um possível desvio ético.

No mês de outubro de 2010, mês em que ocorreu a eleição presidencial, foi publicada uma matéria que denunciava uma suposta conversa entre Pedro Abramovay e seu ex-colega de trabalho, Pedro Tuma Júnior³¹, queixando-se de realizar investigações clandestinas contra candidatos opositores ao governo petista.

³⁰ O advogado Pedro Vieira Abramovay, no ano de 2010, possuía o cargo de Secretário Nacional de Justiça, vinculado ao Ministério da Justiça.

³¹ Pedro Tuma Júnior era o Secretário Nacional de Justiça, vinculado ao Ministério da Justiça, porém, após acusação de envolvimento com a máfia chinesa de São Paulo, foi demitido, vindo a assumir em seu lugar Pedro Abramovay.

Conforme a *Veja*, tanto Dilma Rousseff quanto Gilberto Carvalho³² pediram a Pedro Abramovay para realizar investigações contra candidatos de partidos opositores e confeccionar dossiês partidários. A pedido da candidata petista, Abramovay utilizando da máquina pública (Ministério da Justiça) averiguaria de forma ilegal supostos desvios éticos ou crimes praticados pelo candidato contrário à Dilma.

Mesmo que a revista não tenha aceitado divulgar a conversa na íntegra, nem mesmo a fonte aos órgãos competentes, ela utiliza do *status* de credibilidade concedido aos órgãos de imprensa e apresenta uma capa denunciando antes mesmo de qualquer investigação dos agentes competentes.

Como explicitado na metodologia, iniciamos apresentando os elementos visuais, para abordar as formas verbais, a faculdade metalinguística e a capacidade de interpretância da língua. Após pontuarmos tais aspectos, procedemos à análise enunciativa da revista que se instaura como sujeito, em determinado tempo e espaço.

Quanto aos elementos visuais que formam a capa, temos o Palácio da Justiça, sede do Ministério da Justiça em Brasília, sob um céu completamente vermelho. O Palácio da Justiça também possui um tom avermelhado. Além disso, um balão de diálogo (grito) ocupa posição central e de destaque na capa.

Entre os elementos visuais, o que podemos destacar é a utilização da cor vermelha que ocupa quase a totalidade da capa. Tanto o céu quanto o Palácio da Justiça estão “pintados” de vermelho. Podemos inferir que a utilização da cor vermelha não só faz alusão ao PT (que usa em sua bandeira e seus símbolos), mas também é uma indicação de perigo, atenção, radicalismo, é uma cor quente que chama a atenção, salienta a imagem, está associada à força, poder e desejo.

Quanto às formas verbais, a capa apresenta alguns enunciados: “A verdade sobre os Dossiês”, em letras amarelas na parte superior da capa. Dentro de um balão de diálogo que representa um grito temos: “Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês. [...] Eu quase fui preso como um dos alopados.” No canto direito, na perspectiva da revista, temos a indicação de quem era a pessoa que dialogava: “Pedro Abramovay, atual secretário nacional de Justiça, em conversa com seu antecessor, Romeu Tuma Júnior.”

Para interpretarmos as formas verbais utilizadas, colocamo-nos no terreno metalinguístico da língua, ou seja, na capacidade da língua de interpretar ela própria. Iniciamos

³² Gilberto Carvalho era assessor e conselheiro do governo Lula, atuou como chefe de gabinete da campanha do candidato Lula.

atentando para alguns aspectos suscitados pelo enunciado: “Não aguento mais receber pedidos da Dilma e do Gilberto Carvalho para fazer dossiês [...] Eu quase fui preso como um dos aloprados.”

Primeiro a expressão “não aguento mais” denota um comportamento ou uma atividade excessiva que, pela exigência constante, faz algo ou alguém chegar ao limite. A forma verbal “dossiê” tem como sentido dicionarizado uma compilação de documentos relativos a um processo, a um indivíduo ou a qualquer assunto. Por fim, “quase fui preso” indica um crime, haja vista que a vedação à liberdade só ocorre após alguém cometer uma infração.

Tais enunciados que a revista expõe já são suficientes para um bom entendimento da matéria, porém mais uma passagem complementa a compreensão. A língua explicando a si própria apresenta quem havia construído o enunciado anterior: “Pedro Abramovay, atual secretário nacional de Justiça, em conversa com seu antecessor, Romeu Tuma Júnior.”

Uma leitura mais atenta das formas verbais permite a compreensão da matéria que será explanada (o gênero capa de revista cumprindo sua função de exibir o assunto). Conseguimos construir o sentido de que o secretário nacional de Justiça (cargo comissionado do governo federal) foi compelido de forma exacerbada por Dilma e Carvalho a elaborar, de forma ilícita, documentos contra os candidatos contrários ao PT.

Além dos signos linguísticos presentes na carta de apresentação da revista, as matérias veiculadas no interior da revista³³ trazem enunciados que objetivam denegrir³⁴ a imagem da candidata Dilma e seus aliados, tais como: “Dilma, curto-circuito no Luz para Todos”; “Serra é agredido e Lula faz chacota”; “MP pede condenação de tesoureiro do PT”; “No Ceará, o PT tenta fazer o seu laboratório de censura à imprensa e as emissoras de rádio e TV”; “Relações Perigosas. As conversas às quais Veja teve acesso mostram que o braço direito do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e a candidata à Presidência Dilma Rousseff tentaram usar o Ministério da Justiça para executar ‘tarefas absurdas’”.

A união entre os sistemas verbo-visual constrói a mensagem da revista. Porém, os elementos verbais delimitam o entendimento e interpretam o visual. Conforme Benveniste (2006d), a relação fundamental da língua em interpretar sistemas distintos consubstancia os valores semióticos para a obtenção do sentido. Ou seja, os elementos verbais entrelaçados aos

³³ Como o *corpus* de análise são as capas da revista *Veja*, trazemos os enunciados a título de exemplificação.

³⁴ Como observado nas capas de 2002, 2006 e no caso específico 2010, o Partido dos Trabalhadores não faz parte da predileção da revista *Veja*. Dessa forma, por meio de notícias sem investigação e comprovação, a intenção principal é deturpar os fatos e lançar no descrédito determinados agentes políticos.

elementos visuais (céu e Palácio da Justiça vermelhos) constroem a intenção de expor o PT e seus supostos crimes.

Após a análise das formas visuais e verbais, bem como o sincretismo entre elas, passamos para os aspectos enunciativos da revista que enuncia para o leitor/eleitor com o intuito de informar, mas principalmente formar a opinião em relação aos fatos contrários à candidata Dilma.

A língua, de acordo com Benveniste (2006e), é apenas uma possibilidade antes do ato de enunciar e o ato de enunciar é o que nos identifica como sujeito. Dessa forma, a capa da *Veja*³⁵ instaura-se como sujeito assumindo a função de *eu*, que enuncia para o leitor/eleitor que assume a função de *tu*.

Com o claro intuito de acusar a candidata Dilma e, por conseguinte, lançá-la no descrédito diante dos eleitores, a *Veja* enuncia para seu público consumidor que a petista utiliza da influência e da máquina pública para, de forma ilegal, conseguir informações comprometedoras de seus adversários. Assim, o enunciado construído pela *Veja* (*eu*) para o leitor/eleitor (*tu*) alerta para os desvios éticos (assunto, *ele*) da sucessora de Lula.

Além da noção de pessoa, o aspecto temporal é fundamental para a noção de subjetividade construída pela enunciação. Entre a divisão temporal apresentada por Benveniste (2006a), duas são fundamentais para a efetivação, manutenção e constante agendamento das informações.

O *tempo crônico*, instaurador do cômputo que marca a efemeridade dos fatos, é assinalado nessa capa pela data de publicação³⁶. Porém, o enunciado proferido na data da publicação que se torna passado no momento posterior à construção é, pelo *tempo da língua*, atualizado cada vez que o sujeito mobiliza a língua. Assim, a mídia não só agenda os fatos, mas sempre os atualiza, pois o contato constante com essa capa a qualquer tempo torna atual no leitor a ideia de imoralidade e improbidade de Dilma Rousseff, do partido e aliados.

Pela terceira vez consecutiva (2002, 2006 e 2010), nas vésperas das eleições presidenciais, a *Veja*, contrária ao governo petista, tenta transmitir uma ideia negativa da candidata petista. Os meios de comunicação protegidos pela confiabilidade de informações que o senso comum chancelou cerceiam os assuntos que seus destinatários precisam conhecer.

³⁵ Quando a capa é utilizada como sujeito que enuncia e instaura o discurso, é necessário o entendimento que “por trás” da capa existem os inúmeros patrocinadores da revista *Veja*, bem como toda sua equipe de direção e assessoramento. Como é impossível identificar o real locutor da mensagem e o contato direto do leitor é com a capa, ela desempenha a função de sujeito que assume a função enunciativa de *eu*.

³⁶ Edição 2188, ano 43, n. 43 de 27 de outubro de 2010, quatro dias antes do segundo turno do pleito presidencial.

Os pressupostos benvenistianos são importantes e contribuem para as teorias comunicacionais, pois, por meio dos conceitos de interpretância e homologia da língua, além das noções de pessoa e tempo, conseguimos aprofundar a interpretação dos enunciados e nos colocar no terreno da língua para entender o processo enunciativo da capa (*eu*) diante do leitor/eleitor (*tu*).

4.3.4 Análise 4

Esta capa (edição 2397, ano 47, n. 44) tem impressa a data de 29 de outubro de 2014, três dias após a votação referente ao segundo turno da eleição presidencial, porém a capa e o teor das reportagens foram antecipados, vindo a público na quinta-feira, três dias antes da votação. No primeiro turno, a candidata Dilma obteve uma vantagem significativa³⁷ e iniciava a disputa do segundo turno contra o candidato tucano Aécio Neves da Cunha.

Figura 4 – Segundo Turno (26/10/2014)



Fonte: Revista Veja (edição 2397, ano 47, n. 44).

³⁷ No primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, a candidata Dilma Rousseff (PT) havia alcançado 41,59% (43.267.668) dos votos válidos, enquanto que o candidato Aécio Neves (PSDB) havia conseguido 33,55% (34.897.211) dos votos válidos. Informações disponíveis em: <http://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes2014_resultados.htm>.

Podemos constatar de início que a revista *Veja* utiliza o mesmo método de publicar (2002, 2006, 2010 e 2014), nos dias que antecedem as votações, alguma matéria que suscita dúvida, descrédito e pavor no leitor/eleitor por meio de insinuações e denúncias.

Pela quarta vez consecutiva, dentro do marco temporal que estabelecemos na metodologia, a *Veja* escolhe o PT e seus representantes como alvo para acusações. A exemplo das três capas já apresentadas, a revista apresenta o conteúdo por meio de uma linguagem verbo-visual que acusa Dilma (candidata à reeleição) e Lula (ícone petista) de terem conhecimento de um dos maiores esquemas de corrupção do Brasil, envolvendo a estatal Petrobrás.

Segundo a *Veja*, Alberto Youssef³⁸, em depoimento junto à Polícia Federal, relatou a participação ativa de Dilma e Lula no esquema de corrupção. Conforme a revista, Youssef afirmou que a candidata e o ex-presidente petista não só tinham conhecimento, mas também se beneficiaram dos recursos ilícitos com o intuito de financiar a campanha presidencial e “comprar” a fidelidade de políticos.

As acusações envolvendo diretamente a candidata à reeleição Dilma Roussef e o ex-presidente Lula objetivaram denegrir suas imagens e formar a opinião do eleitorado. Primeiramente, a edição foi antecipada para ser publicada antes do pleito; além disso, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, o advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, negou envolvimento na divulgação de informações que teriam sido prestadas pelo doleiro sobre o conhecimento de Dilma e Lula no suposto esquema de corrupção³⁹.

A antecipação da publicação marcada por uma grave acusação às vésperas eleitorais e a negação de Antonio Basto quanto à veracidade do depoimento de seu cliente causaram um desconforto sobre a credibilidade da revista *Veja*. No entanto, parecendo prever a perda da confiança, a revista publicou em sua carta ao leitor⁴⁰ uma justificativa a respeito do dever jornalístico em publicar uma matéria desse teor às vésperas da eleição.

³⁸ Alberto Youssef é um empresário brasileiro condenado por corrupção passiva na ação penal de desvios financeiros envolvendo a Petrobrás. Youssef atuava como um banco clandestino que distribuía propinas para financiar campanhas eleitorais.

³⁹ Segue um excerto da matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, na qual o advogado de Youssef nega o conteúdo do depoimento que a revista *Veja* havia publicado. A reportagem menciona que a declaração de Youssef teria ocorrido no dia 22 de outubro. "Nesse dia não houve depoimento no âmbito da delação. Isso é mentira. Desafio qualquer um a provar que houve oitiva da delação premiada na quarta-feira", afirma, irritado, Basto. O advogado diz ser falsa a informação de que o depoimento teria ocorrido na quarta-feira, para que fosse feito um “aditamento” ou retificação sobre o que o doleiro afirmara no dia anterior: “Não houve retificação alguma. Ou a fonte da matéria mentiu ou isso é má-fé mesmo”, acusa o defensor de Youssef. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3756840/advogado-de-youssef-nega-participacao-em-divulgacao-distorcida>>.

⁴⁰ O último parágrafo da Carta ao Leitor (edição 2397, ano 47, n. 44) menciona: “VEJA publica essa reportagem às vésperas do turno decisivo das eleições presidenciais obedecendo unicamente ao dever jornalístico de informar imediatamente os fatos relevantes a que seus repórteres têm acesso. Basta imaginar a temeridade que

Além da justificativa exposta na carta ao leitor, a revista afirma, antes de apresentar a suposta delação de Youssef, que não publica reportagens com a intenção de aumentar ou diminuir as chances de vitória de nenhum candidato, mas sim objetiva aumentar o grau de informação do eleitor.

Porém a *Veja*, que se apresenta idônea e imparcial, publica como verídica (antes das investigações policiais) a participação criminal de Dilma e Lula; por outro lado, na matéria seguinte, a revista acusa o PT de fraudar informações com a intenção de manipular o eleitorado contra Aécio Neves. A título de ilustração, destacamos que a publicação em sequência de uma matéria contrária a um partido e favorável ao outro causa no mínimo estranheza.

Após apresentarmos o cenário eleitoral e o contexto da publicação, passamos à análise dos elementos visuais para então atentarmos as formas verbais, o poder metalinguístico e sincretizador da língua e adentrarmos no campo enunciativo quando a revista enuncia para o leitor.

Os elementos visuais que compõem a capa apresentam os rostos de Dilma e Lula lado a lado. Com um fundo escuro, as fotografias de Dilma e Lula parecem envelhecidas e transparecem ódio e incômodo. Dilma parece ranger os dentes como alguém com raiva; além disso, seus lábios pintados de vermelho (cor símbolo do PT e de partidos revolucionários ou de esquerda) ganham destaque.

A imagem de Lula também é sugestiva, demonstrando um olhar de preocupação e desagravo, a cor que predomina na capa é a preta; além dela, as letras estão na cor branca e vermelha. A cor escura utilizada (ausência de luz) é comumente usada para simbolizar o mal, o luto (cultura ocidental), solidão, isolamento. Nesse particular, a capa parece mostrar que Dilma e Lula estão ao lado do crime.

Em relação às formas verbais que estão dispostas na capa, temos os seguintes enunciados: em vermelho, letras grandes e garrafais: “Eles sabiam de tudo”, alusão à corrupção na Petrobrás que estava sendo investigada; na parte central da revista, entremeio os rostos da candidata e do ex-presidente, “PETROLÃO – O doleiro Alberto Youseff, caixa do esquema de corrupção na Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça-feira passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações da estatal.”

Alicerçados na faculdade metalinguística, ou seja, na capacidade da língua de explicar a si própria, daremos relevância para o seguinte trecho: “Lula e Dilma Rousseff tinham

seria não trazê-los à luz para avaliar a gravidade e a necessidade do cumprimento desse dever.” Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32074?page=12§ion=1>>.

conhecimento das tenebrosas transações da estatal.” De acordo com o dicionário, a forma “tenebrosas” corresponde a um adjetivo que significa coberto de trevas, sombrio, possui de modo figurativo a indicação de medonho, horroroso, que causa aflição e desespero.

Assim, um olhar mais atento compreende a intenção da *Veja* em relacionar Lula e Dilma a fatos obscuros. Essa informação é validada pelo seguinte trecho: “O doleiro Alberto Youseff, caixa do esquema de corrupção na Petrobrás, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público [...]” A citação da Polícia Federal e Ministério Público, órgãos que possuem credibilidade junto à população, é uma forma que a revista encontra para tornar crível a “denúncia” exposta. Por fim, “Eles sabiam de tudo” denuncia ao leitor a imoralidade e ilegalidade dos petistas Dilma e Lula.

Além dos elementos presentes na capa, trazemos a título de ilustração duas passagens que estão nas matérias confeccionadas pela revista, a primeira, sob a forma de diálogo: “– Youssef: ‘O planalto sabia de tudo!’; – Delegado: ‘Quem do Planalto?’; – Youssef: ‘Lula e Dilma’”. E a segunda: “Uma marca deletéria: nos doze anos de governo do PT, houve quase um escândalo por ano. Em comum entre eles, poder, dinheiro e corrupção.”

O visual e o verbal expostos na capa constroem o sentido que a revista deseja transmitir. Se atentarmos apenas para as formas não verbais, os possíveis entendimentos são inúmeros e a informação torna-se imprecisa. Porém, na relação com o verbal, na relação de homologia entre sistemas diferentes (imagens de Lula e Dilma e a escrita) e na capacidade de interpretância da língua, conseguimos definir a intenção da imagem e assim construir o semântico.

As imagens raivosas, preocupadas e obscuras de Lula e Dilma, em um cenário tomado pela escuridão, entrelaçadas com as formas verbais em tom de denúncia, tendo como referência os estarecedores casos de corrupção no Brasil, transmitem ao leitor/eleitor uma imagem depreciativa e de aversão ao PT e à sua candidata.

Para compreendermos como a ideia é enunciada, aportamos no terreno da língua o sistema que constitui o ser humano e toda a sociedade. A capa que veicula a denúncia contra a candidata presidencial, quando comunica com o leitor/eleitor, assume a função de sujeito na alocação.

A *Veja* assume na inter-relação com o leitor/eleitor a função de *eu*, remetendo ao seu público que nessa alocação assume a função de *tu*, a denúncia quanto aos atos criminosos (*ele*, o assunto) em que o PT e a candidata Dilma estão envolvidos, utilizando o dinheiro público em proveito próprio.

Além da noção de pessoa, o conceito de tempo é fundamental para a instauração da subjetividade. Conforme explicitado em passagens anteriores, Benveniste (2006a) divide o tempo entre *físico*, *crônico* e da *língua*. No caso específico dessa capa, o *tempo crônico* encontra dois referentes: a) publicação marcada na revista (29/10/2014); b) data que veio a público, três dias antes da votação (23/10/2014).

Já o *tempo da língua* é atualizado a cada nova instauração, ou seja, todos os fatos veiculados pela revista são atualizados cada vez que o leitor/eleitor tem contato com a matéria. Cada leitura é uma nova leitura; assim, o enunciado proferido pela *Veja* torna-se único e atual. Antes do pleito, depois do pleito e em qualquer momento que tivermos acesso às informações dessa publicação, estamos atualizando o enunciado e renovando a concepção de dúvida quanto à idoneidade da candidata Dilma e do PT.

A mídia age na estrutura organizacional do estado e, pela legitimidade concedida pela massa populacional, influencia na opinião pública auxiliando ou prejudicando determinado agente ou entidade política. Essa capa em análise quase alcançou os objetivos da revista em (in)formar os leitores, pois o segundo turno foi marcado pela votação mais acirrada da história democrática de nosso país⁴¹.

A revista *Veja* tentou agendar quais informações o leitor/eleitor deveria ter contato nos dias que antecediam o pleito. A mídia não impõe diretamente qual o pensamento que o leitor precisa ter, mas conduz por meio de vertiginosas informações no que ele deve pensar.

Os conceitos desenvolvidos por Benveniste não são apenas linguísticos; ele desenvolveu concepções que alicerçam a própria constituição do homem, do homem com o homem e com a sociedade. E são essas concepções que cristalizam o entendimento do poder que a mídia possui em (in)formar e agendar os fatos atualizados constantemente *na e pela* linguagem.

4.4 DISCUSSÃO DAS ANÁLISES

A linguagem concebida por Benveniste é a condição de existência do homem e da sociedade, é o uso efetivo do sistema linguístico que nos torna sujeitos situados e pertencentes a determinado tempo e espaço. O sujeito torna-se sujeito à medida que mobiliza a língua na inter-relação com o outro e enuncia.

⁴¹ No segundo turno das eleições presidenciais de 2014, a candidata Dilma Rousseff (PT) alcançou o percentual de 51,64% (54.501.118) dos votos válidos, enquanto que o candidato Aécio Neves (PSDB) alcançou o percentual de 48,36% (51.041.155) dos votos válidos. Informações disponíveis em: <http://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes2014_resultados.htm>.

A função da linguagem em comunicar e assim produzir sentidos é inerente a qualquer atividade humana, seja em uma simples conversa face a face, seja na elaboração dos mais complexos meios de transmissão de informações. Dentre as mais diversas nuances comunicacionais, o campo jornalístico é o que mais se destaca, pois está constantemente, de maneira vertiginosa, alimentando a sociedade com informações.

Quando escolhemos como *corpus* a capa de revista, um gênero situado na esfera jornalística/publicitária, buscamos visualizar e entender com mais precisão como os meios de comunicação constroem de maneira, muitas vezes sutis, estereótipos positivos ou negativos em relação a entidades e agentes.

As concepções sobre agendamento de informações (2.4) e o *status* de legitimidade que a mídia construiu ao longo do tempo e que se mantém ainda pela falta de informação da maioria da população são importantes para compreender o cerceamento realizado nos temas que a comunidade precisa estar atenta, sem questionar a autoridade midiática.

Além dessas concepções que pertencem às teorias comunicacionais, os conceitos desenvolvidos e ampliados por Benveniste mostraram-se fundamentais para a compreensão de como se constrói o sentido que a revista deseja transmitir aos seus leitores.

A análise da primeira capa (edição 1774, ano 35, n. 42) permitiu o entendimento da mensagem que a revista *Veja* construiu utilizando elementos da mitologia grega (Cão de Hades) e personagens que influenciaram (in)diretamente na revolução russa (Marx, Trotsky e Lênin). A linguagem verbo-visual da capa sugestionou que o PT, tal como os radicais revolucionários, poderia colocar em perigo a soberania democrática e o sistema capitalista vigente, transformando a situação nacional em um “inferno” caso fosse eleito.

A segunda capa (edição 1979, ano 39, n. 42) permitiu, por meio da intertextualidade entre o fenômeno do esporte, Ronaldinho e o fenômeno dos negócios, Lulinha, compreender a intenção da revista *Veja* de maneira irônica acusar o então presidente Lula de utilizar sua autoridade, prestígio e influência de presidente em benefício próprio e de seus familiares.

A terceira capa (edição 2188, ano 43, n. 43), utilizando-se das formas verbais e não verbais, objetivou construir na candidata Dilma uma imagem de corrupção e ilegalidade, que, utilizando a máquina pública, no caso em questão o Ministério da Justiça, investigava os candidatos rivais. O visual da capa, o céu vermelho sobre o Palácio da Justiça, é bastante sugestivo para entendermos o poder e influência petista sobre seus subordinados no Ministério da Justiça.

Por fim, a análise da quarta capa (edição 2397, ano 47, n 44) permitiu entender de forma mais profunda a intenção da *Veja*, mesmo sem comprovação, de acusar e denegrir a imagem da candidata à reeleição (Dilma) e do PT (Lula como símbolo maior do partido). A imagem interpretada pelo verbal busca incutir no leitor a imagem de corrupção e obscuridade dos principais nomes petistas.

A leitura e a análise das quatro capas utilizando as concepções benvenistianas ampliaram a criticidade e a percepção dos elementos que a revista *Veja* lançou mão para alcançar seus objetivos. A intenção, veracidade e predileção da *Veja* não podemos mensurar, porém constatamos por quatro vezes consecutivas no *corpus* desta dissertação publicações que acusaram e tentaram macular a imagem do PT, seus candidatos e aliados.

Cada vez que o locutor se apropria da linguagem, torna-se sujeito na inter-relação com o outro, produz enunciados únicos e irrepitíveis que são atualizados a cada nova instauração. No entanto, mesmo a irrepitibilidade do enunciado, do assunto e do contexto parece “repetir” a intencionalidade sócio-histórica da revista *Veja* em relação ao PT.

Enfim, as concepções enunciativas mostraram-se produtivas para aprofundar e ampliar análises que envolvem o campo informativo do jornal, publicidade e propaganda. Os pressupostos semiológicos desenvolvidos por Benveniste auxiliaram para o entendimento intralinguístico das formas e o sentido construído a partir delas.

Nessas discussões, tomamos mais uma vez as palavras de Benveniste:

Todo homem inventa sua língua e a inventa toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua e a inventa durante toda a sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e a cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção⁴².

Sendo assim, queremos sublinhar o conceito maior que nos moveu até aqui: o da enunciação.

Para Benveniste (2006d), a enunciação é o ato de colocar a língua em uso, através de um ato individual de apropriação. A enunciação é o processo em que o locutor se apropria do *aparelho formal da língua* e se enuncia. A saber que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.” (BENVENISTE, 2006e, p. 83). Essa é a razão de tudo. É pela língua que podemos construir mundos, opiniões, ideias, partidos, governos.

⁴² Benveniste (2006, p. 18), em resposta a Pierre Daix, em entrevista concedida em 1968.

Benveniste (2005c), em suas reflexões, destaca a importância do caráter social da língua. Ele afirma que a língua é tão importante porque é ela, e somente ela, que torna possível a sociedade. “A língua é o fundamento de todas as relações que fundamentam a sociedade, pois é a língua que contém a sociedade.” (BENVENISTE, 2006d, p. 63). Para Benveniste (2005b), o homem se constitui como sujeito *na e pela* linguagem. O homem que se encontra no mundo é um homem que fala com outro homem, portanto a própria linguagem ensina a definição de homem. O homem é o único ser do mundo capaz de falar, de fazer escolhas, de combinar formas e produzir sentido(s). De construir sentidos. É essa condição que torna o homem capaz de apropriar-se da língua e colocá-la em uso. Essa é a experiência humana que o identifica como pessoa única e subjetiva, singular e irrepetível.

A língua é, portanto, entre todos os sistemas, não o único, mas o principal. A língua ocupa um espaço particular no universo dos sistemas de signos. Nessa perspectiva, a língua interpreta a sociedade porque funciona dentro dela. Ao contrário do que muitos debates já afirmaram, a língua não é simplesmente uma parte da sociedade, a língua constitui a sociedade, é ela que une os homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação afirmando que a mídia, nas suas mais variadas nuances, possui uma posição de destaque na sociedade, influenciando nos mais heterogêneos campos que a formam (social, econômico, cultural, político). Tal influência interfere diretamente na formação de opinião do destinatário (leitor, ouvinte, telespectador) que recebe a mensagem jornalística.

Chegamos às considerações finais convictos de que nossa afirmação inicial não estava pautada apenas em um ponto de vista empírico, mas, por meio do trajeto teórico e das análises desenvolvidas, legitimamos nossa asserção quando visualizamos durante quatro eleições presidenciais consecutivas (2002, 2006, 2010, 2014) a *Revista Veja* veiculando matérias com o objetivo de influenciar os desígnios eleitorais.

Ao longo do percurso teórico-metodológico apresentado, construímos o conceito de texto como um evento comunicativo permeado de aspectos linguísticos, sociais e cognitivos. Esse conceito de texto permitiu a compreensão que nossa comunicação ocorre sempre por meio da construção de textos, que são moldados conforme a situação comunicativa.

Tais moldes (formas textuais) são a denominação do que entendemos por gêneros textuais, que organizam e estabilizam nossas ações comunicativas. Dentre os gêneros textuais, salientamos os aspectos da capa de revista (*corpus* de análise) situada na esfera jornalística/publicitária que funciona como um convite ao leitor, objetivando apresentar os fatos, persuadir e vender uma ideia ou produto.

A capa, normalmente composta pela linguagem verbo-visual, compreende uma grande aliada na apresentação e transmissão de informações. A capacidade de simbolizar e produzir sentidos auxilia os meios de comunicação a atingir os objetivos propostos, influenciando e fomentando conceitos prévios no leitor.

A mídia utiliza como estratégia o agendamento das informações, colocando em foco os assuntos que deseja tornar relevantes para o momento. Essa estratégia não obriga, nem forma diretamente a opinião da população; no entanto, cerceia o pensamento, ou seja, a mídia expõe os temas que as pessoas devem ter conhecimento e camufla outros que considera desnecessários.

Assim, a influência da mídia não está no processo direto de formar opiniões, mas sim na estratégia de dar valor ou desprestígio a determinados fatos, acalmando ou inflando o

comportamento da comunidade que tem acesso constante às informações. Os assuntos constantemente apresentados dentro de um mesmo tema criam limites em relação à realidade.

Terminada essa primeira parte que fundamentou a noção de texto, gêneros discursivos/textuais, atentando de maneira incisiva para a capa de revista, agendamento midiático e a função dos meios de comunicação na construção sócio-histórica da comunidade, iniciamos a apresentação dos conceitos enunciativos de Émile Benveniste.

As concepções interdisciplinares desenvolvidas por Benveniste vão muito além de estudos linguísticos, pois os fundamentos construídos por esse cientista da linguagem nos colocam no âmago da própria condição de existência humana. Um erudito estudioso da linguagem, sociologia, psicologia expõe a função máxima da linguagem inerente a todas as atividades humanas: *ela serve para viver*.

Benveniste produziu muito ao longo de sua trajetória; entretanto, para cumprir com os objetivos definidos e por motivos metodológicos, precisamos escolher alguns textos entre os inúmeros do autor. A escolha foi definida considerando os textos que alicerçariam as análises, e a distribuição na dissertação seguiu a ordem cronológica de publicação.

Da subjetividade na linguagem (1958) coloca o homem em relação à linguagem, que não lhe foi dada por acréscimo, mas sim faz parte da sua própria essência. Esse texto é responsável por apresentar os conceitos de pessoa *eu* e *tu*, a não pessoa *ele*, fundar a noção de subjetividade.

O texto *A linguagem e a experiência humana* (1965) lança o conceito de tempo, uma das categorias fundamentais para a noção de subjetividade. Benveniste apresenta as definições de *tempo físico*, ligado às emoções e a vivência é imensurável; *tempo crônico* refere-se ao cômputo utilizado pelas civilizações para se localizarem. Por fim, o *tempo da língua*, que é ligado ao exercício da fala, atualiza-se a cada nova apropriação da língua pelo locutor.

No texto *A forma e o sentido na linguagem* (1967), são apresentadas as noções gêmeas de forma e sentido. A língua é constituída por uma dupla natureza: o modo semiótico, que tem como função significar e o modo semântico, que possui como função comunicar. A noção de signo linguístico é ampliada constituindo-se pelo duplo aspecto no nível intralinguístico e na concretude de uso.

Por fim, apresentamos o texto *Semiologia da língua* (1969), que coloca a língua em lugar de destaque diante dos outros sistemas sígnicos. Por possuir a dupla natureza (semiótico-semântico), a língua possui o poder de interpretar todos os outros sistemas e a si.

Diante do arcabouço teórico, iniciamos as análises das quatro capas da *Revista Veja* escolhidas como *corpus*, com o intuito de demonstrar por meio de uma análise enunciativa o papel da língua entre os sistemas de signos, tomando a língua como sistema capaz de interpretar outro, revelando assim sua capacidade metalinguística e relação de interpretância.

Além desses aspectos, buscamos atingir os objetivos que visam descrever a mídia como formadora de opinião, identificar os modos de significação semiótico-semântico e construir a análise enunciativa de cada uma das capas. Todos os objetivos destacados juntamente com o *corpus* foram balizados sob questionamentos que procuravam compreender a importância da língua para analisar os elementos verbo-visuais das capas e entender como a *Revista Veja* tentou formar a opinião do leitor/eleitor.

O estudo enunciativo proposto durante o desenvolvimento deste trabalho, que concebe o homem constituído *na e pela linguagem*; a noção essencial de tempo linguístico, tempo atualizado cada vez que o locutor se apropria da língua para enunciar; além da capacidade de interpretância da língua devido à sua dupla natureza (semiótico-semântico) foram essenciais para analisar, interpretar e construir os sentidos propostos pela *Veja*.

A língua detentora da faculdade metalinguística e da relação de interpretância se mostra fundamental para entendermos os sentidos das formas verbais e não verbais presentes nas capas; além disso, o sistema linguístico não torna só possível o entendimento de suas formas e de outros sistemas, mas também é responsável por realizar uma exegese da própria sociedade, pois é a língua que contém a sociedade e não o inverso.

Esse papel fundamental da língua nos auxiliou a identificar o modo de significação semiótico-semântico. As relações metalinguísticas, de interpretância e homologia possibilitaram o entendimento mais preciso das capas, que utilizaram formas verbo-visuais prenes de sentido.

A metalinguagem utilizada nas formas verbais, a relação de interpretância nas formas visuais e a relação de homologia entre esses dois sistemas de bases diferentes possibilitaram por meio do sincretismo das formas a obtenção plena do semântico que a revista desejou construir na utilização do semiótico.

Quando adentramos no campo enunciativo, aportando no terreno da língua e nas categorias fundamentais da subjetividade – a de pessoa e de tempo –, conseguimos entender o processo utilizado pela revista na construção, transmissão e atualização do enunciado.

A *Revista Veja*, instaurando-se como sujeito em cada uma das capas e enunciando para um leitor/eleitor, transmitiu informações e tentou formar opiniões. Na inter-relação entre

sujeitos na enunciação (eu/tu), na intersubjetividade, a capa da *Veja*, representando anunciantes, diretores, funcionários, a Editora Abril, assumiu o *status* de sujeito. Dessa forma, a revista colocando-se no mesmo nível do leitor transmitia as informações que julgava necessárias para construir uma imagem de desconfiança e aversão em relação ao Partido dos Trabalhadores e aos seus candidatos. A construção de tal imagem (enunciado) é atualizada cada vez que o leitor tiver acesso à capa, tornando-se sempre nova e irrepetível.

Esses processos enunciativos, com destaque ao *tempo da língua*, foram essenciais para compreendermos o processo de agendamento de informações que a mídia realiza. A revista *Veja*, marcada pela subjetividade⁴³, formou na eleição presidencial de 2002, 2006, 2010 e 2014 uma imagem depreciativa de Lula, Dilma e do PT, que se atualiza todo momento que tivermos acesso.

Assim, a mídia constrói uma restrição de assuntos que devemos ter conhecimento em determinado momento; dentro desse cerco, os meios de comunicação optam por determinados temas (golpe constitucional, comunismo, corrupção, entre outros), apresentam de maneira vertiginosa e os atualizam no/pelo tempo da *língua*.

A teoria enunciativa de Benveniste que deu aporte para esta dissertação mostrou-se eficaz. As concepções enunciativas de língua e linguagem propiciaram uma compreensão mais precisa dos sentidos que a *Veja* tentou construir nos quatro processos eleitorais já elencados. Conseguimos compreender o papel que a mídia, por meio das capas de revistas, detém na apresentação dos fatos, agendando quais informações devem estar em foco em determinado momento, cerceando o pensamento do leitor e o direcionando frente aos assuntos abordados.

Durante a elaboração da fundamentação teórica e das análises, inúmeros questionamentos surgiram e obtiveram respostas, porém uma questão se coloca e necessita de maior aprofundamento. Considerando o enunciado único e irrepetível, sempre atualizado, portanto novo a cada vez que alguém utiliza a língua, como a *Veja* fez a “história” se repetir por quatro eleições seguidas?

⁴³ Quando frisamos o termo subjetividade, procuramos opor ao conceito de imparcialidade e objetividade da mídia que uma grande parte da população ainda sustenta. Conforme Benveniste (2005c, p. 26), “A linguagem reproduz a realidade. Isso deve-se entender da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento produzido.” Ou seja, a revista *Veja* ou qualquer outro meio de informação quando transmite um fato coloca-se no campo da língua e enuncia-se; dessa forma, a transmissão de determinado assunto carrega consigo os discursos e experiências construídos e acumulados ao longo dos anos. Com essa reflexão, salientamos que a objetividade que falsamente legitima a mídia é impossível, pois a realidade dos fatos é sempre reproduzida pela linguagem que carrega valores, costumes, concepções ideológicas daquele que enuncia.

Nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, a revista *Veja* repetiu a estratégia e as acusações depreciativas contra o partido que não era de sua predileção. O homem é um agente histórico que possui hábitos, valores, culturas baseadas no passado, e o conhecimento histórico é necessário para não rompermos com a corrente de conhecimentos construídos ao longo dos tempos.

Desconhecer o passado, renegar a história coloca em risco todas as ações humanas, pois repetiríamos os mesmos erros constantemente. As concepções enunciativas de Benveniste quanto ao irrepitível da enunciação aplicadas neste trabalho suscitam a dúvida quanto o repetível da história que transcende gerações.

Enfim, a teoria enunciativa apresentada propicia uma gama de leituras e interpretações. Outros textos de Benveniste poderiam ter sido abordados, porém, em nossa concepção, o desenvolvimento teórico apresentado propiciou de forma satisfatória o desenvolvimento das análises que buscou contribuir para fomentar um leitor mais crítico e instigar novas e mais aprofundadas pesquisas dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.) *Comunicação Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-71.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAZERMAN, C. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. *Gêneros textuais, Tipificação e Interação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENVENISTE, E. (1939). Natureza do signo Linguístico. In: BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005a. p. 53-59.
- _____. (1958). Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005b. p. 284-293.
- _____. (1963). Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005c. p. 19-33.
- _____. (1965). A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006a. p. 68-80.
- _____. (1966). A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006b. p. 220-242.
- _____. (1968). Estruturalismo e Linguística. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006c. p. 11-28.
- _____. (1969). Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006d. p. 43-67.
- _____. (1970). O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006e. p. 81-92.
- BRAIT, B.; MELO, R. D. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-78.
- CRUZ, M. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 9, p. 35-51, 2011.

- CUNHA, I. F.; FIGUEIRAS, R. Eleições e a comunicação política nas democracias ocidentais. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina*. Portugal: Covilhã, 2012. p. 140-157.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993. 2 v.
- ESTEVES, J. P. Agenda-setting e efeitos dos Media: o desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Pesquisa em Media e Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina*. Portugal: Covilhã, 2012. p. 108-137.
- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Org.). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FLORES, V. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (parte um). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, p. 7-68, 2001.
- _____. O linguista e a linguística no CLG. *Nonada Letras em Revista*, Porto Alegre, v. 1, n. 12, p. 28-41, 2009.
- _____. *Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013a.
- _____. Sujeito da Enunciação: Singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *D.E.L.T.A.*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 95-120, 2013b.
- FLORES, V. do N. et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. do N.; NUNES, P. A. Linguística da enunciação: uma herança saussuriana? *Organon*, v. 21, n. 43, p. 199-209, p. 2007.
- FLORES, V. do N. et al. *Enunciação e gramática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo sobre Bakhtin e Benveniste. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 143-164, 2009.
- GUIMARÃES, L. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.
- KOCH, I. G. V. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. *Alfa*, São Paulo, v. 41, p. 67-78, 1997.

KOCH, I. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MANGIALAVORI, L. *Os limites do agendamento: enquadramentos e fatores endógenos nas relações entre mídia e política*. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. *Linguística do texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Seibeneicher (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2011. p. 17-31

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010.

NORMAND, C. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

REVISTA VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ed. 1774, n. 42, out. 2002. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32734?page=1§ion=1>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

RÉMOND, R. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

ROCHA, H. C. L. da. Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 41-58, 2007.

RUBIM, A. A. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11-36.

SPONHOLZ, L. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. *Famecos*, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 110-120, 2003.

TEIXEIRA, M.; MESSA, R. M. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, 2015.

TOLDO, C. Uma reflexão enunciativa para o trabalho com o texto na escola. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 29, n. 1, p. 1-7, 2013.

TOLDO, C.; DIEDRICH, M. S. A língua, pela enunciação, na escola. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 117-131, 2015.

TOLDO, C.; VALÉRIO, P. Tempo e pessoa: categorias que singularizam no uso da língua. *Antares*, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 29-47, 2016.

TRAVASSOS, T. *A transformação histórica do gênero capa de Jornal*. 2010. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ANEXO A – Capa da Revista *Veja*, edição 1774, ano 35, n. 42, 2002



ANEXO B – Capa da Revista *Veja*, edição 1979, ano 39, n. 42, 2006

ANEXO C – Capa da Revista *Veja*, edição 2188, ano 43, n. 43, 2010



ANEXO D – Capa da Revista *Veja*, edição 2397, ano 47, n. 44, 2014

